

**MESTRADO**  
**ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

A Governance em Angola: Análise da execução da  
despesa pública e dos indicadores económicos que  
impactam o IDH no país

LILIANA CORREIA FURTADO

**ORIENTAÇÃO:**

PROF. DOUTOR JOSÉ MANUEL ZORRO MENDES

NOVEMBRO – 2020

# Agradecimentos

*“Esta dissertação é dedicada a todos os jovens que lutam e trabalham em prol do desenvolvimento sólido e equitativo da região da África Subsariana, e pela melhoria das condições de vida da sua população”.*

Ao professor Doutor José Manuel Zorro Mendes, orientador desta dissertação, deixo um especial obrigado, pela dedicação demonstrada e ajuda concedida na elaboração desta dissertação.

Um obrigado aos meus pais e irmãos, em especial à minha mãe, uma mulher lutadora e que sempre me ensinou a ir atrás dos meus objetivos, trabalhando. Às minhas amigas e companheiras de licenciatura Neusa Mendes e Tatiana Pontes, pelo apoio prestado e por serem uma fonte de inspiração. Agradeço também ao meu bom amigo Philemon Opoku Kwame por ter-me apoiado durante o percurso académico e em especial nesta fase final. Por fim, agradeço a Deus por ter guiado sempre o meu caminho.

## Lista de abreviaturas

- AD – Ajudas ao Desenvolvimento
- AP – Administração Pública
- ASS – África Subsariana
- CP – Crescimento Populacional
- CPI – *Corruption Perception Index*
- DH – Desenvolvimento Humano
- DO – Dotação Orçamental
- DP – Despesa Pública
- EVD – Em Vias de Desenvolvimento
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- HSC – Habitação e Serviços Comunitários
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEA – Instituto Nacional de Estatística de Angola
- MEA – Ministério da Educação de Angola
- MFA – Ministério das Finanças de Angola
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PD – Países Desenvolvidos
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNB – Produto Nacional Bruto
- PS – Proteção Social
- PEVD – País Em Vias de Desenvolvimento

RH – Recursos Humanos

SNS – Sistema Nacional de Saúde

UE – União Europeia

UNICEF – *United Nations International Children’s Emergency Fund*

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

# Resumo

Esta dissertação estuda o estado da Governance e a alocação despesa pública (em áreas sociais prioritárias) em Angola, com o objetivo de avaliar o atual estado dos setores sociais prioritários e quais os indicadores económicos que influenciam o Índice de Desenvolvimento Humano no país. Em termos de metodologia, os primeiros dois capítulos são referentes a uma análise qualitativa, onde é definido o perfil da Governance em Angola e de Angola como país. A metodologia aplicada debruça-se também sobre o crescimento económico, as dimensões do IDH (índice de Desenvolvimento Humano) e a despesa pública. Foi aplicada uma metodologia do tipo quantitativo no quarto e quinto capítulos. O quarto capítulo consiste na análise da despesa pública por funções do Orçamento Geral do Estado, referente ao período de 2003-2018. Os dados do OGE (Orçamento Geral do Estado) foram obtidos do Ministério das Finanças de Angola e analisados estatisticamente de forma descritiva. Por fim foi realizada também uma regressão linear estatística no quinto capítulo, onde se procurou identificar quais os indicadores económicos que influenciam o IDH em Angola.

As principais conclusões deste estudo confirmam Angola como um país com elevados níveis de corrupção e baixos níveis de Governance. As políticas públicas em Angola são fracas, particularmente no que toca à elaboração e execução do OGE. Como resultado, negligenciam-se as reais necessidades por despesa social prioritária, o que afeta essencialmente sectores sociais chave, como a Saúde, a Educação e a Proteção Social, tendo em conta o grau de desenvolvimento de Angola.

**Palavras-Chaves:** Despesa Pública, Índice de Desenvolvimento Humano, Good Governance e Resource Curse.

# Abstrat

This dissertation studies the state of governance and the allocation of public expenditure (priority area social expenditure) in Angola, with the objective of assessing the current state of the prioritized social sectors, and the economic indicators that influence Human Development Index (IDH) in the country. In terms of methodology, the first two chapters refer to a qualitative analysis, where the profile of Governance and Angola as a country is defined. The applied methodology uncovered the causal relationship between economic

growth, IDH dimension and Public Expenditure. A quantitative methodology was also used in the fourth and fifth chapters. The third chapter consists of the analysis of public expenditure by functions of the General State Budget (OGE) for the period 2003-2018. The OGE data was obtained from the Ministry of Finance of Angola and a descriptive statistical analysis was then conducted. A linear regression analysis was also carried out to identify which economic indicators influence HDI in Angola.

The overall results confirm Angola as country with high levels of corruption and low levels of governance. Furthermore, Angola has weak public policies, particularly regarding the elaboration and execution of the OGE. In essence, this neglect the real need to prioritize social expenditure, which essentially affects key sectors such as Health, Education and Social Protection, considering the degree of development of Angola.

**Keywords:** Public Expenditure, Human Development Index, Good Governance and Resource Curse.

# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura .....</b>	<b>2</b>
2.1 A Governance .....	2
<b>2.1.1 Good Governance na África Subariana: O caso angolano .....</b>	<b>4</b>
2.2 A Despesa Pública e a sua Relação com o Desenvolvimento Humano.....	7
<b>3. A Realidade Angolana .....</b>	<b>10</b>
3.1 Panorama Político .....	11
3.2 Panorama Macroeconómico.....	11
3.2.1 A Resource Curse.....	12
3.3 Panorama Social .....	13
<b>4. Despesa Pública Orçamentada: As Áreas Sociais Prioritárias .....</b>	<b>13</b>
4.1 Alocação da Despesa em Angola: Áreas Sociais Prioritárias.....	14
4.1.1 A Proteção Social .....	15
4.1.2 A Saúde .....	16
4.1.3 A Educação .....	17
4.1.4 A Habitação e Serviços Comunitários .....	18
4.2 Conclusões Gerais.....	19
<b>5. Aplicação Empírica .....</b>	<b>22</b>
5.1 Amostra.....	24
5.2 Estatísticas Descritivas .....	25
5.3 Estimação do Modelo: Resultados.....	25
5.4 A análise dos resultados.....	26
<b>6. Conclusão .....</b>	<b>31</b>
Anexos .....	42
<b>Anexo. 1</b> – Orçamento Geral do Estado, despesa orçamentada por função de 2003 a 2018.....	42

<b>Anexo. 2</b> – Orçamento Geral do Estado, despesa (United Nations Development Programme (UNDP), 2019) executada por função de 2003 a 2018.....	44
<b>Anexo. 3</b> – Análise descritiva do Orçamento Geral do Estado.....	46
<b>Anexo. 4</b> – Capacidades fiscais dos países da África Subsariana.....	47
<b>Anexo. 5</b> – Despesa pública por funções na África Subsariana e no Mundo em percentagem dos gastos do governo.....	47
<b>Anexo. 6</b> – Despesa em Proteção Social (Orçamento Geral do Estado, 2003–2018) .....	48
<b>Anexo. 7</b> – Despesa em Saúde (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018) .....	48
<b>Anexo. 8</b> – Despesa em Educação (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018).....	49
<b>Anexo. 9</b> – Despesa em Habitação e Serviços Comunitários (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018) .....	49
<b>Anexo. 10</b> – Despesa do Orçamento Geral do Estado executada por função de despesa, em percentagem, por períodos – valor médio em cada período .....	50
<b>Anexo. 11</b> – Estrutura do emprego em Angola – Salário mínimo nacional e tipologia das profissões .....	50
<b>Anexo. 12</b> – Média da despesa pública não executada por função da despesa (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018) .....	51
<b>Anexo. 13</b> – Tabela descritiva: Variáveis do Modelo (2003-2018).....	51
<b>Anexo. 14</b> – Correlações entre as variáveis que compõem o Modelo .....	52
<b>Anexo. 15</b> – Índice de perceção da corrupção em Angola (2003-2018).....	52
<b>Anexo. 16</b> – Análise Unit root .....	53
<b>Anexo. 17</b> – Denominação das variáveis do Modelo em primeira diferença .....	53
<b>Anexo. 18</b> – Modelo estimado .....	53
<b>Anexo. 19</b> – CPI e IDH.....	54
<b>Anexo. 20</b> – Relação entre o IDH e o PIB per capita .....	54
<b>Anexo. 21</b> – Evolução do Índice de Desenvolvimento e Orçamento Geral do Estado per capita em Angola (2003-2018).....	55
<b>Anexo. 22</b> – Modelo estimado (nº2) .....	55

<b>Anexo. 23</b> – A despesa pública em áreas sociais prioritárias e o Índice de Desenvolvimento Humano em Angola .....	56
<b>Anexo. 24</b> – Variáveis do Modelo 2 .....	56
<b>Anexo. 25</b> – Tabelas descriptivas .....	56
<b>Anexo. 26</b> – Análise Unit Root.....	57

# 1. Introdução

O fim da guerra civil em Angola surgiu acompanhado por um sentimento de mudança e desenvolvimento socioeconómico do país. Todavia, quando se olha para aquilo que Angola é atualmente, e para as suas reais capacidades, fica-se com a ideia de que, passados 17 anos do fim da guerra civil, os avanços do país foram poucos ou nenhuns, particularmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população e à democratização. Procurando analisar esses dois aspetos que caracterizam o panorama económico e sociopolítico angolano, este estudo baseou-se na análise da Governance no país (e na região da África Subsariana), com especial incidência sobre a despesa pública social prioritária, e a forma como é alocada. Para o efeito, procedeu-se à caracterização da Governance no país, e ao desdobramento da despesa pública por função do OGE, de 2003 a 2018. Por sua vez, analisaram-se relações de causalidade entre o padrão de despesa pública e o estado dos indicadores de desenvolvimento social do país (mais concretamente o IDH e indicadores sobre setores sociais prioritários, como a Educação e a Saúde).

A Despesa Pública e o Desenvolvimento Humano, representam as principais variáveis desde estudo. Foi também realizado um modelo econométrico, com o objetivo de entender de que forma os indicadores económicos (entre os quais, a Despesa Pública, a Corrupção, o Crescimento populacional e o PIB) influenciam o Índice de Desenvolvimento Humano do país. Os indicadores económicos utilizados no modelo econométrico permitem obter um retrato perfeito de Angola, um país caracterizado pelos elevados níveis de corrupção, que espelham o estado da Governance, não transparente, pouco efetiva e com baixos níveis de accountability. Angola é o 5º país mais jovem de África e do Mundo (World Bank, 2018), resultado, em parte, do elevado crescimento populacional (CP) dos últimos anos (originando uma pirâmide etária larga com muitas crianças e jovens). Todavia, o CP não tem sido acompanhado pela melhoria (por vezes, até se tem verificado deterioramento) das condições de setores como a Saúde, a Educação e a Proteção Social, essenciais à satisfação das necessidades da jovem população do país. Da análise da despesa pública foi possível identificar que os padrões de despesa (2003-2018), explicam o atual estado das funções de cariz social que impactam mais diretamente o IDH do país. Como resultado, denotou-se uma clara preferência em consignar despesa a funções como os Serviços Públicos Gerais (pagamento de dívida pública) e/ou a despesa

militar (que apresenta um valor praticamente constante, ao longo do tempo), em detrimento das funções sociais. Por fim, abordou-se também a temática do PIB.

Nos últimos anos tem-se falado de Angola como uma economia emergente com grande poder financeiro, representando o país a 5ª maior economia africana (World Bank, 2019). Ao nível macrofinanceiro, Angola caracteriza-se por ser uma economia dependente das exportações do petróleo, representando este sector, em média, cerca de 90% das exportações e mais de metade da receita fiscal (IMF, 2018), o que revela que o país não possui fontes de rendimento diversificadas. Apesar do país necessitar “urgentemente” de diversificar a sua economia, os esforços para tal não têm dado resultados visíveis. Tem-se registado crescimento económico ao longo dos anos, mas continua a registar-se uma taxa de pobreza elevada, 47.6% (linha de pobreza internacional) e 32,22% (linha de pobreza nacional) de acordo com o World Bank (2018) e 40,6%, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (2019). É precisamente desde aspeto que surge a intenção em abordar o tema e a sua importância.

**Esta dissertação está organizada nos termos seguintes:** Um primeiro capítulo, que é a presente introdução à dissertação. Um segundo capítulo, onde se procura definir o perfil de Governance de Angola e analisar as suas componentes. Um terceiro capítulo onde é apresentada a realidade política, macroeconómica e social angolana. Um quarto capítulo em que é desdobrada e analisada a despesa pública por funções do OGE e um quinto capítulo referente ao estudo econométrico que pretendeu verificar de que forma os indicadores económicos (Corrupção, Crescimento populacional, Despesa pública e PIB), influenciam o IDH de Angola. Por fim, o sexto e último capítulo dá conta das conclusões finais.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1 A Governance

A tomada de decisões representa um importante elemento inerente ao processo administrativo, sendo que a sua efetividade constitui um fator crítico para o sucesso das políticas da AP (Administração Pública). Simon (1965), refere que a decisão não é um produto simples ou um evento único, mas sim o resultado de um complexo processo social, que geralmente se estende por um considerável período de tempo. Ao longo dos

anos, tem-se assistido à evolução dos modelos teóricos de Administração Pública que influenciam a tomada de decisões, desde a AP burocrática de Max Webber, ao New Public Management e mais recentemente ao modelo do E-Governance. Porém, este estudo concentrar-se-á no Modelo da Governance e nas suas vertentes, pelo que vejamos algumas definições do conceito. Weiss (2000) refere que a Governance é definida como a forma como o poder é exercido na gestão dos recursos económicos e sociais de um país. Por sua vez, Rodhes (1996) expressa que a Governance se refere a uma auto-organização, redes interorganizacionais que complementam o mercado, e hierarquias das estruturas de governo que, de forma autoritária, alocam os recursos, exercem controlo e coordenação. Segundo Rodhes (1996), o termo Governance é um termo impreciso, podendo ser atribuído a pelo menos seis usos: Estado mínimo, Corporate Governance, New Public Management, Sistemas Socio-Cibernéticos, Redes Auto-Organizacionais e Good Governance, que representa o modelo de governação derivado da Governance, pelo qual este estudo se debruçará.

Na passagem da década de 80 para a de 90, a ASS (África Subsariana) viveu aquilo que o World Bank apelidou de “Crise de crescimento sustentado”, que teve como consequência a implementação de reformas administrativas na região, que estão na origem da Good Governance. Mkandawire (2007), refere que o termo Good Governance é instrumento de implementação de programas de ajustamento, que surge do trabalho de académicos africanos, em relação ao Estado, Sociedade e Relações em África. Nanda (2006) refere que o termo Good Governance não se encontra totalmente definido, sendo sinónimo de estabilidade política, Rule of the Law, controlo da corrupção e accountability. Este, por sua vez, define o conceito como ajudas ao desenvolvimento, com a condição de os países recetores adotarem boas práticas de governação. O World Bank (1992), o mantra das ajudas ao desenvolvimento segundo Nanda (2006), define a Good Governance como o objeto central, de forma a criar e manter um ambiente que promova um desenvolvimento forte e equitativo e políticas económicas sólidas, através da accountability, informação adequada e fiável, eficiência na gestão dos recursos e na sua entrega, e agentes que produzam esses bens e serviços. De acordo com relatório do World Bank (1992), a Good Governance é constituída por quatro dimensões principais e são elas:

- i) Gestão do Setor Público (GSP) e três outras dimensões que acabam por caracterizar a GSP (*Ver, Anexo A*):

- ii) Accountability;
- iii) Transparência e Informação;
- iv) Enquadramento legal – Rule of the law.

Estas quatro dimensões espelham os principais problemas da política governativa em Angola, que caracterizam o atual estado da Governance no país, à qual o próximo ponto faz referência.

## 2.1.1 Good Governance na África Subsariana: O caso angolano

São muitos os que defendem que, sem uma Governance boa e inclusiva, a ASS não vai alcançar os seus objetivos económicos e sociais. Devido a este facto, muitos dos países da região não alcançaram e/ou implementaram reformas administrativas, de forma a prevenir regimes ditatoriais, a corrupção e o declínio da economia. Nos últimos anos, o fortalecimento da Good Governance na ASS tornou-se tanto num objetivo, como numa condição para o acesso às ajudas ao desenvolvimento (e/ou empréstimos ao desenvolvimento). As AD (Ajudas ao Desenvolvimento) por parte de grandes instituições mundiais, em troca de boas práticas de governance, representam um dos *enablers* da Good Governance, todavia, a adoção de tais práticas parece estar dependente do tipo de sistema fiscal, e conseqüentemente do modelo de desenvolvimento dos países em questão. Angola é o nosso estudo de caso, e como tal, analisemos o perfil do país em função desde modelo de governação.

Sogge (2006), refere que a Governance em Angola nunca foi efetiva ou legítima, fruto de um processo híbrido relacionando os agentes domésticos e as relações externas do país. Os agentes domésticos, que influenciam negativamente o estado da Governance no país, são resultado do passado colonial violento e corrupto, da ganância e patronage do Governo e das disputas tribais. Por sua vez, as relações externas, que influenciam negativamente o estado da Governance em Angola, surgem em resultado do poder financeiro que o país foi adquirindo ao longo dos anos, em especial no período pós-guerra civil, fruto das receitas do crude (Sogge, 2006). Apesar das distorções e da fragilidade do Estado, as receitas do crude tornaram o ambiente empresarial do país cada vez melhor para se fazer negócios e, com tais receitas, o Governo angolano conseguiu tornar-se superavitário, pagar dívida pública e também requerer novos empréstimos (China, Brasil

e Israel), cuja garantia se centrava nas futuras receitas do crude. Segundo Sogge, um dos grandes problemas da Governance em Angola está *offshore*, ou seja, na sombra da indústria petrolífera, e refere que a competição pelo dinheiro e crude angolanos estão na raiz da discrepância entre as intenções internacionais para uma melhor Governance e as atuais práticas. A inexistência de pressões internacionais para que o país adote práticas transparentes e democráticas, acabam por dificultar ainda mais os vários desafios do país, como a democratização, a emancipação em relação à pobreza e uma Governance aberta a todos os níveis.

Börzel & Hackenesch (2013), no seu estudo sobre as AD da União Europeia como forma de promoção da Good Governance, caracterizam a governação em Angola pelo regime semi-autoritário, com baixos níveis de democracia, direitos políticos e civis. Apesar do fim da guerra civil, o processo de democratização obteve avanços limitados, e as abordagens da UE (União Europeia) em implementar uma governação democrática (ex: através das AD), foram rapidamente reduzidas, devido à resistência do governo angolano. O nível de democratização pouco evoluiu no país, consequência, em parte, da subida dos preços do crude, o que permitiu a Angola contar com novos parceiros económicos, como a China, e com o interesse de países europeus, como Portugal e França, contribuindo para o fortalecimento do poder do MPLA (partido no poder, desde do fim da guerra civil até ao presente), e para o desinteresse em implementar boas práticas de Good Governance, uma vez que o Estado não depende, nem do comércio, nem das AD da UE ( Börzel & Hackenesch (2013)). Ninõ & Le Billon (2014), por sua vez, referem que o estado da situação é fruto da durabilidade, da robustez neopatrimonial e do carácter altamente centralizado do regime angolano, e da disponibilidade de receitas e acesso a vários recursos naturais (crude), que concederam ao Estado angolano um elevado nível de autonomia (e, ao mesmo tempo, a petro-dependência, a estagnação da diversificação da economia e o endividamento crescente). À semelhança de Börzel & Hackenesch (2013), Ninõ & Le Billon (2014), referem que o facto de Angola não possuir uma relação de dependência com os países dadores de AD, cria um espaço limitado de intervenção por parte dos primeiros, que permitisse garantir a proteção dos destinos das receitas dos recursos naturais, entre outros recursos.

No contexto da ASS, existem discrepâncias ao nível da Governance e, de acordo com os autores acima citados, os países com os melhores níveis de Governance na região, são precisamente aqueles cujo sistema fiscal depende das AD. Börzel & Hackenesch (2013),

comparam os níveis de Governance entre Angola e a Etiópia, e Ninõ & Le Billon (2014) optaram também por elaborar uma comparação semelhante, mas, neste caso, entre Angola e Moçambique. Através dos dados de Mo Ibrahim Governance Index (MIGI) e do World Bank Governance Effectiveness (GI), elaborou-se um gráfico, constante no anexo B), com os indicadores relativos a Angola, aos países com o qual foi comparada no estudo atrás referido (Etiópia e Moçambique) e à Nigéria por ser um país com um perfil fiscal bastante semelhante ao de Angola. Como é possível verificar, a média dos indicadores de Governance da região é baixa, e pode-se concluir que os países que dependem das AD possuem as médias mais altas (Moçambique e Etiópia), do que aqueles cujo sistema fiscal não depende de tais ajudas, e que essencialmente dependem das exportações de recursos naturais, como o crude (Angola e Nigéria).

O estado atual da Governance em Angola é resultado, em parte, da falta de incentivos políticos para implementação de boas práticas, e essa falta de incentivos, segundo os vários autores, tem por base a independência financeira do país. Angola é governada, há muitos anos, por uma elite pro rent-seeking e de acumulação de riqueza, em detrimento da grande maioria da população do país, que vive na pobreza. Os incentivos são poucos ou nenhuns em melhorar as condições de vida da população. A Good Governance é composta por quatro dimensões, que podem ser associadas às típicas dimensões do modelo da Governance, todavia a Good Governance dá ênfase outras dimensões, que atribuem um carácter especial a este modelo, aplicado aos países em vias de desenvolvimento (PEVD), mais precisamente aos da ASS. Essas dimensões são os Direitos Humanos (Desenvolvimento Humano), essencialmente no aspeto da redução da pobreza, e a Despesa Pública, com a particularidade da despesa militar, que muitas vezes é tida como prioritária em relação às despesas sociais e programas de desenvolvimento. Também o sistema fiscal, como referido, possui um papel preponderante neste modelo de governação. Desenvolveremos estes aspetos no ponto seguinte.

## 2.2 A Despesa Pública e a sua Relação com o Desenvolvimento Humano

A qualidade da performance da gestão pública que impacta diretamente a alocação e execução da despesa pública, corresponde a um dos elementos que influencia o estado do Desenvolvimento Humano de um país. O Desenvolvimento Humano (DH) passou a ser medido, desde 1990, através do Índice de Desenvolvimento Humano, criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades devem ser os critérios finais para avaliar o desenvolvimento de um país, e não o crescimento económico (UNDP, 2019).

O continente africano, em particular a África Subsariana, regista os níveis de DH mais baixos a nível mundial, exemplo disso é o facto de os 10 países com o menor IDH pertencerem a esse grupo de países (UNDP, 2019). O subdesenvolvimento é uma realidade vivida pela grande maioria dos países da ASS e está associado à pobreza extrema, à guerra, à corrupção, entre outros.

O IDH mede a média dos avanços dos países em três dimensões básicas: 1) Saúde, 2) Educação e 3) Rendimento per capita, utilizando diversos indicadores, entre os quais a propensão dos agregados familiares em gastarem o seu rendimento depois de impostos, em bens que contribuem diretamente para o DH.

O crescimento económico *per si* não é uma condição suficiente para atingir o DH, mas constitui umas das condições necessárias para o efeito. Vários atores abordam a temática do DH, relacionando-o com o crescimento económico e sugerindo relações de causalidade entre ambos:

- a) O Crescimento Económico como potenciador do DH, em que recursos económicos nacionais são alocados em atividades que contribuem para o DH (Ranis *et al.*, 2000);
- b) O DH como potenciador do Crescimento Económico (atingir o DH é por si só, um fim), procurando avaliar em que medida o DH contribui para a melhoria do rendimento nacional (Ranis *et al.*, 2000).

No contexto atual dos países da ASS e de Angola, a relação de causalidade a) será posta em evidência, devido aos baixos níveis de DH verificados na região (em que o crescimento económico, será sinónimo de despesa pública).

A despesa pública (em saúde e educação) representa uma das componentes do desenvolvimento humano, e a forma como é alocada possui um papel preponderante para que níveis de DH elevados sejam alcançados. De acordo Ranis, *et al.* (2000), a melhor forma

de analisar a despesa alocada em cada sector é através da utilização de rácios tais como: 1) rácio da despesa pública, despesa pública total em percentagem do PIB; 2) rácio de despesa em DH, despesa pública em sectores de DH em percentagem da despesa pública total; e 3) rácio prioritário, despesa em áreas prioritárias de DH em percentagem do PIB. É inevitável afirmar que existem despesas que têm um maior impacto sobre o DH, as quais são denominadas de despesas prioritárias, que deverão ter em conta o grau de desenvolvimento do país, uma vez que, para o mesmo nível de PIB, podem estar associadas diferentes necessidades. Os 3 rácios apresentam um certo grau de complexidade, pelo facto da despesa pública não ser unilateral sendo influenciada pela (Ranis, *et al.*, 2000):

- (i) Capacidade do sistema fiscal;
- (ii) Força da procura por despesa militar e para outras prioridades governamentais não relacionadas com as prioridades de DH;
- (iii) Um intercalar das vontades entre os interesses dos burocratas e as pressões da sociedade.

Vamos desenvolver estes três aspetos.

(i) Os países da ASS possuem capacidades fiscais distintas, o que pode ser explicado tendo em conta o seu passado colonial (*ver*, **Anexo. 4**). O comportamento do ciclo fiscal dos PEVD é um assunto bastante discutido. Historicamente os governos dos PEVD cortam nos impostos e aumentam a despesa pública durante os “*booms*”, e reduzem a despesa pública e aumentam os impostos durante os “*busts*”. Frankel, *et al.* (2013) identificaram, no seu estudo, que mais de 90% dos PEVD evidenciaram gastos públicos pro-cíclicos entre 1960-2009, enquanto que 80% dos países industriais evidenciaram gastos públicos contra cíclicos. Frankel, *et al.* (2013) referem que a pro-cíclicidade pode ser explicada devido a fatores como, o acesso imperfeito aos mercados de crédito e a falta de profundidade financeira em maus períodos, o que leva os governos a cortarem nos gastos e aumentarem os impostos. Por outro lado, as pressões políticas adicionais em gastar nos bons períodos são difíceis de resistir, particularmente quando existe necessidade genuína por gastos públicos em áreas sociais prioritárias.

(ii) A despesa pública na ASS apresenta particularidades, como por exemplo, a despesa em PS (Proteção Social) é “insignificante” comparativamente com os PD (Países Desenvolvidos), onde por vezes esta rubrica da despesa chega a representar mais de 40% da despesa pública total. Como referido, a despesa em áreas de DH prioritárias pode ser influenciada por outro tipo de despesa não tão prioritária, como a despesa militar. No **Anexo. 5** está representada a despesa pública por funções na ASS em percentagem dos gastos do

Governo, sendo destacadas 3 grandes áreas: a Saúde, a Educação e a Despesa Militar. Como é possível analisar, destas três áreas, a despesa em Educação representa a maior despesa seguida da Despesa Militar e da Saúde, que alternam entre si a sua ordem de ano para ano, e cujos valores alocados a cada função são bastante semelhantes.

Apesar de, em valores absolutos, os gastos públicos militares na ASS serem os mais baixos mundialmente, representam uma fatia substancial, tanto do PIB como da despesa pública, tendo em conta o seu contexto de desenvolvimento (D'Agostino *et al.*, 2012). No continente africano, na maioria das vezes a despesa militar é associada a práticas corruptas. O secretismo e a competição limitada no setor da defesa podem levar a contratos informais, com valores muito elevados e a atividades de *rent-seeking*, criando terreno fértil para atividades corruptas (D'Agostino *et al.*, 2012). Quando os gastos públicos são influenciados pelas preferências dos políticos, pelo “*pork barrel*” ou por gastos específicos (Keefer & Khemani, 2003), como os gastos militares, verifica-se uma substituição das reais necessidades de desenvolvimento.

(iii) O DH na ASS está intimamente relacionado com a redução da pobreza e o crescimento económico, em que a distribuição do rendimento tem ganho importância no combate à pobreza. Em 2000, Ali e Thorbecke, no seu estudo cross-countries, chegaram à conclusão de que na ASS, a pobreza reage mais positivamente à distribuição do rendimento do que ao crescimento económico. Arimah (2004), por sua vez, realizou um estudo inter-countries, tendo em conta as variações nos níveis de pobreza numa perspetiva de DH, usando variáveis que refletem o comprometimento do governo em expandir as capacidades humanas, particularmente nas áreas da Educação e Saúde e, também, na boa governança, como mostra a função seguinte:

$$POV_i = f(EDUC_i, HEALTH_i, COMHD_i, GOGOV_i, OTHERS_i)$$

POV<sub>i</sub> - Várias medidas de pobreza num país;

EDUC<sub>i</sub> - Despesa pública em Educação, N° de matriculados no ensino primário e Grau de educação das mulheres;

HEALTH<sub>i</sub> - Despesa pública em saúde *per capita* e Número de médicos *per* 1000 pessoas;

COMHD<sub>i</sub> - Diferença entre o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano;

GOGOV<sub>i</sub> - Voz e *accountability* e Estabilidade política.

No modelo realizado por Arimah (2004), a variável com maior peso significativo é a despesa pública em Educação, tendo sido verificado que um aumento de 1% do montante do PNB que é alocado à educação, reduzirá a proporção do número de pessoas que vivem abaixo da

linha de pobreza nacional e internacional em 2,54% e 3,89%, respetivamente. Em relação à Saúde, foi constatado que um aumento de 1 US\$ na despesa em saúde *per capita* reduzirá a pobreza em 0,006%. Ao nível do crescimento económico, constatou-se que um aumento de 1% do PNB anual per capita, está associado à redução da pobreza do grupo de indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza nacional. Outra conclusão a que se chegou, tem a ver como o facto de os países que estão melhor classificados em termos de IDH do que em termos de PIB *per capita*, possuem os níveis de pobreza mais baixos (ou seja, para a diminuição da pobreza é mais importante o país ter elevados níveis de DH do que um elevado PIB *per capita*). Como é possível concluir, a despesa pública, em particular em áreas de DH prioritárias como a Educação e a Saúde, possui um papel importante na redução da pobreza e na melhoria do DH. Alocada de forma apropriada, a despesa pública pode ultrapassar as falhas de mercado que agravam a pobreza, como a impossibilidade dos pobres de acederem ao crédito, a sua falta de informação em relação a cuidados de saúde preventivos, entre outros.

No entanto, devido a distorções políticas, em particular as insuficiências em providenciar serviços aos pobres nos PEVD, como a falta de incentivos em prover serviços públicos de alta qualidade, falta de informação entre os eleitores em relação à performance política, fragmentação social entre eleitores manifestada como a base de uma identidade de voto e a falta de credibilidade das promessas políticas (Keefer & Khemani, 2003), contribuem de modo a influenciar a afetação e execução da despesa pública.

### 3. A Realidade Angolana

Angola é um país situado na África Austral com uma população total de cerca de 30 milhões de habitantes (World Bank, 2019). O país tornou-se uma colônia portuguesa em 1559 e em 1961 entrou em luta armada, cujo objetivo era a libertação nacional do domínio português, na qual se destacaram três frentes, o MPLA, a FNLA e a UNITA (Governo de Angola, 2019). Em 1975, ano em que o país se tornou independente, deu-se início à guerra civil, essencialmente entre os dois principais movimentos de libertação, o MPLA e a UNITA. A 4 de Abril de 2002, passados 27 anos da Independência e 41 anos do início da luta armada, a paz finalmente foi estabelecida pelos acordos assinados no Luena, Moxico (Governo de Angola, 2019). Com o fim da guerra Angola deu início à sua reconstrução social e física, construção da paz e reconciliação nacional.

### 3.1 Panorama Político

Caracterizado pelo subdesenvolvimento, produção de crude e até 2003, pelo conflito armado, Angola é um país com fortes problemas políticos que acabaram por modelar a forma como o país se desenvolveu. O MPLA, na pessoa de Agostinho Neto, primeiro Presidente da República de Angola entre 1975-1979, tornou-se na força política dominante no país. Em 1979, José Eduardo dos Santos torna-se no novo Presidente de Angola pelo MPLA e rapidamente tornou-se num líder autoritário, impondo um regime marxista-leninista, adotando um modelo de socialismo centralizado na economia de comando, em que a lei está concentrada na figura do Presidente, que cria uma série de mecanismos para se manter no poder e enriquecer os seus agentes (Hammond, 2011).

As receitas derivadas do crude, tal como as receitas de outros recursos naturais possuem uma forte importância explicativa para esses comportamentos, pelo facto de representam receitas relativamente fáceis de obter, e que não estão dependentes de quaisquer contrapartidas ou capacidade fiscal da população. Como tal, a elite no poder tem menos incentivos para desenvolver outros sectores da economia, prover infraestruturas básicas ou assegurar a paz social (Frynas & Wood, 2001). O conflito armado que teve fim em 2003, de acordo com Frynas & Wood (2001), tem servido como “desculpa perfeita” para que os governantes justifiquem o subdesenvolvimento, a corrupção e falta de *accountability* das instituições políticas. Hammond (2011) descreve a elite política angolana como sendo corrupta, pro *rent-seeking* e responsável por realizar acordos secretos com empresas petrolíferas estrangeiras, em completo desinteresse pelo bem-estar da população, entre outros.

### 3.2 Panorama Macroeconómico

Ao nível macroeconómico, Angola enfrenta vários problemas, um dos quais é saber de que forma poderá elaborar políticas mais sustentáveis do que aquelas que tem vindo a implementar, sendo necessário que haja uma compatibilização entre a descida das receitas do crude e o aumento do investimento público e social na satisfação das necessidades dos cidadãos. O crude tem um peso bastante elevado nas receitas fiscais e nas exportações em Angola, e, de acordo com o FMI (2018), entre 2011-2013, a dependência fiscal em hidrocarbonetos foi a mais alta alguma vez registada, representando uma média de 75% da

receita fiscal total, e as exportações de crude representaram 97% do total das exportações de bens e serviços. Em 2017, o sector petrolífero representava 64% do total da receita fiscal, e mais de 95% do total das exportações angolanas (IMF, 2018).

O aumento dos gastos públicos, o melhor desempenho das atividades não petrolíferas, a acumulação de reservas, a maior liquidez do sistema bancário e o aumento do crédito em Angola, estão dependentes da subida/estabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional, o que se traduz num sistema fiscal e posições externas mais fortes (IMF, 2018). Em países como Angola, com capital relativamente escasso e com elevada necessidade de infraestruturas sociais e incompleto acesso aos mercados de capitais internacionais, a taxa de poupança das receitas de recursos naturais, será melhor alocada no pagamento de dívida existente, no investimento em ativos domésticos e na formação de capital humano (Venables & Wills, 2016). O FMI (2018) refere que Angola deve resolver alguns dos seus problemas fiscais chave, como: 1) Melhorar a sustentabilidade da dívida pública, e de entre outros mecanismos, através da sua redução; 2) Reduzir a dependência excessiva em relação às receitas do crude, que pode ser alcançada através da procura por fontes de receita mais estáveis, como por exemplo, através do IVA e da construção de um sistema fiscal que suporte políticas contra cíclicas, e que seja capaz de gerar poupanças para as gerações futuras; e 3) Alcançar um aumento sustentado do investimento público, de forma a dar suporte ao crescimento e à redução da pobreza, num país cujos níveis de investimento público estão abaixo da média da ASS.

### 3.2.1 A Resource Curse

De acordo com a teoria da *resource curse*, países pobres com grandes reservas de recursos naturais, em particular crude, grande parte das vezes não atingem um crescimento económico sustentado devido à dimensão e volatilidade das receitas do petróleo que são encorajadoras da corrupção, da má gestão e de governos autoritários que falham em investir no futuro e zelar pelo bem-estar da maioria da população (Hammond, 2011). Segundo a teoria da *resource curse*, o petróleo constitui um obstáculo ao desenvolvimento e ultrapassar esta “praga” significa promover o crescimento económico, diversificar a indústria, melhorar o bem-estar social e a *accountability* do governo (Hammond, 2011). A *resource curse* é um processo multidimensional que, incentiva também a gestão ineficiente, as falhas no planeamento de longo prazo, os governos autoritários e pouco responsivos que negligenciam as necessidades da população. Uma questão que se coloca, no seio desta teoria, é se os países

pobres, que usam o petróleo como “escudo protetor”, conseguirão promover o crescimento económico e melhorar o bem-estar das suas populações ou, pelo contrário, continuarão a viver debaixo de um clima de forte corrupção e pobreza.

### 3.3 Panorama Social

O IDH de Angola caracteriza o país como sendo um país de médio rendimento, mas que, ao mesmo tempo, se vê de braço dado com vários problemas que afetam o seu desenvolvimento, de que são exemplo o estado negativo dos vários indicadores sociais do país. Ao longo do tempo tem-se assistido à perpetuação das más condições de vida dos angolanos. Angola é um país detentor de enormes recursos naturais, vivendo a contradição de ser um país rico em recursos e com um elevado índice de pobreza, o que leva a questionar o tipo de Gestão e Governação pública que é levada a cabo no país. O próximo capítulo faz referência direta à realidade social angolana, onde a mesma será analisada, tendo por base a despesa pública em áreas sociais do país.

## 4. Despesa Pública Orçamentada: As Áreas Sociais Prioritárias

Neste ponto procedeu-se a realização de uma análise descritiva, cujo objeto de estudo é a despesa pública angolana orçamentada e executada, de acordo com o OGE do país, de 2003 a 2018. A análise pretendeu verificar quais os padrões de gastos públicos do governo angolano, tendo sido dada especial atenção ao padrão de despesa em funções sociais prioritárias, que foram definidas tendo em conta o contexto de desenvolvimento do país. A análise dos padrões de despesa pública, por sua vez, permitirá analisar e caracterizar a gestão pública levada a cabo em Angola, particularmente no que toca à execução do montante orçamentado, e também retirar relações de causalidade entre o investimento público, e a qualidade de funcionamento e desenvolvimento das funções sociais no país.

Os dados utilizados são provenientes do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais e do Departamento de Estudos e Estatística do MFA (Ministério das Finanças de Angola), onde estão disponibilizados os valores relativos à orçamentação e execução da despesa, de 1991 a 2019, cuja última atualização foi a 10/09/2019. Os dados originais encontram-se em

Kwanzas Angolanos Akz), moeda nacional angolana, todavia os valores foram convertidos em Dólares norte-americanos (US\$), tendo sido usada a seguinte taxa de conversão, 1 Akz = 0,0020 US\$, de forma a possibilitar que os resultados obtidos possam ser complementados e comparados com informação proveniente de grandes instituições internacionais, que geralmente se encontra expressa em dólares norte-americanos.

## 4.1 Alocação da Despesa em Angola: Áreas Sociais Prioritárias

De acordo com a teoria das finanças públicas, a intervenção do setor público na economia é particularmente motivada pelos princípios da distribuição igualitária da riqueza, da estabilização da atividade económica, e da alocação eficiente de recursos, princípio este que se pretende analisar.

Em Angola, a despesa está alocada em 10 funções, de acordo com o OGE, as quais foi possível agrupar em 4 categorias. De forma a caracterizar o padrão de despesa pública, optou-se pelo apuramento da média do montante do OGE executado em cada função, de 2003 a 2018, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

- aos Serviços Públicos Gerais, que se referem à despesa alocada em assuntos financeiros, fiscais, órgãos legislativos e executivos, entre outros, corresponde a maior fatia da despesa dos últimos 16 anos, representando em média, cerca de 28% do total;
- segue-se a despesa pública em Serviços da Dívida Pública (Serviços Públicos Gerais), que corresponde a 19% do total da despesa;
- em seguida surge a despesa em Assuntos Económicos (cerca de 13%) e em Proteção Social (cerca de 10%);
- depois as despesas em segurança, ou seja, em Defesa e em Ordem Pública e Segurança que no total, representam em média cerca de 16% do total da despesa (9% e 7%, respetivamente);
- Por sua vez, a Educação, a Saúde e a Habitação e Serviços Comunitários representaram cerca de 6%, 4% e 3% do total da despesa, respetivamente;
- por fim, temos as restantes despesas, que corresponderam a cerca de 2% do total da despesa do OGE.

Os indicadores básicos de desenvolvimento são essenciais para traçar uma imagem precisa do *status* de desenvolvimento do país, e tal inclui o progresso em direção a metas de desenvolvimento específicas e a melhoria das condições socioeconômicas dos cidadãos (Beguy, 2016). Neste estudo serão analisados indicadores de desenvolvimento humano, tendo por base a despesa pública realizada em áreas sociais prioritárias que foram designadas, tendo em conta o contexto de desenvolvimento de Angola. Considerou-se que as funções da despesa em Educação, Saúde, Proteção Social e Habitação e Serviços Comunitários, correspondem às funções da despesa de perfil social prioritário. Este tipo de despesa ganha relevância num país como Angola, caracterizado pelo baixo IDH e que, entre 2003-2018, afetou, em média, 23% da despesa do OGE às funções sociais prioritárias. Como tal, analisaremos a alocação da despesa nestes setores.

#### 4.1.1 A Proteção Social

De acordo com a UNICEF (2018), a gestão da ação social é uma tarefa bastante fragmentada em Angola, e um dos motivos que contribui para essa situação é o facto dos programas de assistência social serem geridos ao nível central, quando deveriam ser descentralizados para o nível do município, o qual tem uma maior proximidade a quem procura essa assistência, e um maior potencial para responder aos problemas diários dos cidadãos. A função Proteção Social é uma das mais importantes do sector social e representa a função social prioritária que, entre 2003-2018, constituiu a maior despesa social prioritária, e globalmente correspondeu à 4<sup>a</sup> maior despesa do OGE, apresentando os padrões de despesa constantes no **Anexo. 6**.

O padrão de despesa verificado é revelador de alguma inconsistência ao nível da alocação, vejamos. De acordo com a UNICEF (2018), a PS é um direito humano básico que deve ser assegurado a todas as pessoas, especialmente às crianças. Considerando o contexto das projeções do crescimento populacional de Angola, é recomendável e estratégico que o investimento no capital humano seja realizado desde a base, permitindo o desenvolvimento seguro de cada criança e alcançando o pleno potencial de cada uma delas para a construção do país. Todavia, em Angola entre 2003-2018, a despesa direcionada à Família e Infância correspondeu a 0,99% do total da despesa em PS, enquanto que, a despesa direcionada à Velhice correspondeu a 26,13% do total, isto num país em que as crianças (0-14 anos) representavam e representam 48% da população total (World Bank, 2019), e os Idosos (+65

anos) 2%. Por sua vez o desemprego representa um grande problema social que atinge 31,8% da população ativa do país (INEA, 2020), mas apenas 0,01% da despesa em PS foi afeta a este setor. Outra tendência observada está no facto de a maior parcela da despesa em PS ser referente aos Serviços de PS Não Especificados, que em média, corresponderam a 67% do total da despesa em PS (2003-2018). Recorrendo ao princípio da especificação orçamental da despesa, esta deve surgir de forma discriminada, de tal forma que se possa saber pormenorizadamente as origens dos recursos e a sua aplicação, tendo como objetivo facilitar a função de acompanhamento e controlo dos gastos públicos. Dito isto, surgem dúvidas sobre a existência de condições para acompanhar e controlar, de forma séria, a execução da despesa no país (sociedade civil, oposição, instituições internacionais, etc), quando não se encontra especificada, e representa mais de 50% do total da despesa, o que por si só, deve colocar pressão e urgência na classe política para um maior esforço de especificação da despesa a executar.

#### 4.1.2 A Saúde

A baixa esperança média de vida, a elevada taxa de mortalidade infantil (por cada 1000 crianças que nascem morrem 51.6) (World Bank, 2019), a elevada taxa de fecundidade que se situa nos 5.6 (World Bank, 2019), as doenças transmissíveis, como a malária, HIV as doenças diarreicas agudas, entre outras, constituem elementos que caracterizam o estado da Saúde em Angola (Queza, 2010), e o porquê de o país se situar na posição nº 149 entre 189 países no Índice de Saúde (UNDP, 2013). O sector público é o principal prestador de cuidados de saúde a nível nacional, através do Sistema Nacional de Saúde, o qual possui algumas dificuldades de funcionamento, resultando numa prestação de cuidados da saúde sem a qualidade desejada na grande maioria dos casos (Queza, 2010).

A despesa em Saúde revela-se da maior importância, não só como elemento chave que zela pelo funcionamento e manutenção das instituições de saúde, mas também como motor que melhora a qualidade dos serviços de saúde prestados, potenciando o desenvolvimento e a melhoria continuada do SNS (Sistema Nacional de Saúde). Em média entre 2003-2018, a Saúde representava a 3ª maior despesa prioritária e a 8ª maior despesa do OGE, verificando-se os padrões de despesa pública constantes no **Anexo. 7**.

A alocação da despesa no setor da Saúde revela padrões de afetação “normais” ao longo do tempo, contudo a dotação orçamental que para ele é consignada, revela-se insuficiente e não contribui de forma a ultrapassar as dificuldades do SNS Angolano (em média, nos últimos

16 anos, a Saúde correspondeu a apenas 4% da despesa do OGE). A Lei de Bases do SNS, no seu artigo. n.º 1 alínea 1, refere que o Estado promove e garante o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, nos limites dos recursos humanos (RH), técnicos e financeiros disponíveis. Na AP os recursos são escassos e finitos, daí existir a necessidade de afetá-los de forma eficiente e eficaz. O SNS em Angola é baseado “nos limites” de recursos, que dependem do montante alocado à despesa, e dos recursos humanos disponíveis, entre outros, ou seja, fica-se com a perceção de que o SNS funciona com os recursos disponibilizados para o efeito, e não com os recursos realmente necessários.

#### 4.1.3 A Educação

De acordo com o artigo n.º 3 alínea a) da Lei de Bases do Sistema de Educação, um dos objetivos gerais da Educação em Angola, é desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática, e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. A despesa em Educação entre 2003-2018 apresentou os padrões *presentes no Anexo. 8*.

De acordo com os dados mais recentes da ONU (2013), o índice de Educação em Angola encontra-se nos 0.474, situando-se o país na posição nº149 entre 187 países, no último quarto da tabela, o que é revelador da fragilidade e falta de qualidade do sistema de ensino do país. Um indicador que demonstra a fragilidade do sistema de ensino público angolano, é a distribuição do número de matriculados no ensino. Nesta distribuição é possível verificar uma queda abrupta no número de matriculados que saem do ensino primário para o ensino secundário, por exemplo, em 2015, a diferença entre o número de matriculados no ensino primário e ensino secundário (I ciclo) era de -75,21%, e a diferença entre o número de matriculados no ensino secundário (I ciclo) e no ensino secundário (II ciclo) era de -63,72%. O Censo de 2014 demonstra que 48% da população com 18 anos ou mais, nunca completou a 6ª classe ou nunca frequentou a escola, apenas 20% completou o ensino primário e 13,2% concluiu o II ciclo. Guilherme Silva, presidente do Sindicato dos Professores (Agência Angola Press, 2019), refere que a qualidade do ensino do pré-escolar ao secundário em Angola, depende de um investimento sério no sector da Educação, na base de um orçamento realista, que permita ao Ministério da Educação decidir as suas prioridades. Para o sindicalista, o MEA (Ministério da Educação de Angola) deve ter autonomia de decidir o

que é melhor e prioritário para o sector, “deixando de ser o MFA a decidir”, pois só assim haverá um orçamento à altura do que é necessário para o ensino pré-escolar, primário e secundário (Agência Angola Press, 2019).

A Educação é um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico de um país, e os fundos atribuídos a este setor representam um investimento direto na redução da pobreza e no crescimento sustentável, o que explica que em muitos países, o sector tenha um peso substancial, entre 20% e 30% do OGE. Em Angola, onde a atribuição ao sector permanece ainda limitada a 6% do OGE (média entre 2003-2018), é urgente apostar mais na Educação e no futuro.

#### 4.1.4 A Habitação e Serviços Comunitários

Logo a seguir à independência, Angola entrou em guerra civil e o parque habitacional do país foi destruído na sua grande totalidade (Nangacovie, 2013). Com o fim da guerra civil surgiam promessas de reconstrução, e a função da despesa em Habitação e Serviços Comunitários faz alusão a essa realidade. O acesso à habitação adequada pode ser uma condição prévia para o gozo de outros direitos humanos, incluindo o direito ao trabalho, a saúde, a previdência social, ao voto, a privacidade ou a educação (UNDP, 2009), e a Constituição da República de Angola (CRA), no seu artigo 85.º, refere que todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

De acordo com a ONU (2009), o direito à habitação adequada não exige que o Estado construa habitações para toda a população, e que pessoas sem habitação possam automaticamente exigir uma casa ao governo. O direito à habitação adequada, abrange medidas necessárias para impedir a falta de habitações, proibir despejos forçados, impedir a discriminação, foco nos grupos mais vulneráveis e marginalizados e garantir a segurança da posse para todos. Tais medidas podem exigir a intervenção do governo aos mais variados níveis: legislativo, administrativo, políticas ou despesa pública direcionada (ONU, 2009).

A despesa em HSC (Habitação e Serviços Comunitários), entre 2003-2018, revelou os padrões *presentes no Anexo. 9*. Nesta função, destaca-se a criação de mecanismos de fomento habitacional que facilitam o empréstimo à habitação. No entanto, estes mecanismos beneficiam uma parcela bastante reduzida da população, em resultado do baixo poder de compra da mesma. O Abastecimento de água representa a segunda maior parcela da despesa em HSC dos últimos 16 anos, o qual, a par do Sanenamento Básico, constituem dois grandes

problemas com efeitos negativos na saúde pública do país, resultado da inexistente e precária infraestrutura de saneamento. Em 2017, a taxa de cobertura do abastecimento de água era de 60% para a população urbana e de 66% para a população rural (Ministério das Finanças, 2018). Ou seja, à semelhança das restantes despesas sociais prioritárias, a função da despesa HSC é reveladora de padrões de DO (Dotação Orçamental) insuficientes.

## 4.2 Conclusões Gerais

A análise empírica realizada em **4.1** procurou relevar os padrões de despesa pública em Angola, tendo em conta as funções sociais prioritárias. Neste ponto pretende-se determinar quais as atuais prioridades políticas do governo angolano, analisando a evolução da despesa pública dos últimos 16 anos por função, e refletindo sobre as principais conclusões retiradas em **4.1**. Para tal, foram criados 3 Períodos (*ver*, **Anexo. 10**), tendo em conta a média da despesa executada do OGE, de 2003 a 2018.

No III Período (*ver*, **Anexo. 10**), a função da despesa Serviços da Dívida Pública correspondeu à maior função da despesa, e à função que mais peso tem ganho no OGE. Os Serviços da Dívida Pública, nos anos de 2016 a 2018 representaram 20%, 38% e 54%, respetivamente, da despesa do OGE, e foi a partir de 2010 que se registou o primeiro grande aumento da DO afeta a esta função. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, no que diz respeito à Política de Sustentabilidade das Finanças Públicas, explica o porquê do aumento do peso desta função no OGE, explicitando que um dos objetivos é “Assegurar a sustentabilidade da dívida pública” e uma das metas é “Diminuir o rácio Dívida/PIB de 67% em 2017 para 60% até 2022”, e, para tal, o Governo tem procedido à amortização e ao pagamento de juros de grandes montantes de dívida pública.

A despesa em Defesa representa a 3ª maior despesa do OGE (III Período, *ver*, **Anexo. 10**), na qual sempre se registaram aumentos na dotação orçamental de ano para ano, e apenas em 2016 foram registadas diminuições no montante consignado. Em termos do OGE a despesa em Defesa correspondeu a 9% da despesa total nos três Períodos.

A despesa pública em funções sociais prioritárias, a Educação, a Saúde e a Habitação e Serviços Comunitários, corresponderam, em média, durante o III Período (*ver*, **Anexo. 10**), a 6%, 3% e 4%, respetivamente, da despesa do OGE. Ao nível da dotação orçamental, o montante afeto a cada uma dessas funções foi sempre aumentando, mas, em anos de crise (particularmente 2009 e 2015), sofreram fortes cortes na casa dos 30% e 50%. Por sua vez, a função Proteção Social representa a função da despesa que registou as maiores quedas,

quer no seu montante nominal, quer percentual, em relação ao OGE, no III Período. O montante em PS, em termos de DO, registou aumentos desde 2003 e, de 2010 a 2015, passou dos milhões de US\$ dólares para os mil milhões de US\$ dólares. Todavia, a partir de 2016 começaram-se a registar diminuições na DO afeta a esta função, caindo 37% e 32%, em 2016 e 2017, respetivamente, passando a situar-se novamente na casa dos milhões de US\$ dólares (de 2016 até ao presente). Apesar de, na passagem do I Período para o II Período, ter registado um aumento de 6%, na passagem do II Período para o III Período, a despesa pública em PS registou uma diminuição de 6%, passando da 2ª maior função da despesa no II Período para a 5ª maior no III Período, dando conta da diminuição do peso desta função no OGE. A afetação da despesa pública, em particular a que incide diretamente sobre as funções sociais prioritárias do Estado, deve ter em conta a demografia do país como um fator de desenvolvimento importante, atendendo as especificidades da estrutura demográfica. Em Angola, a demografia é caracterizada por:

- Taxa de crescimento populacional que se situa nos 3.3% (World Bank, 2019);
- Taxa de fecundidade de 5.6 filhos por mulher (World Bank, 2019);
- Estrutura etária jovem, em que a população dos 0 aos 14 anos representa 48% do total da população, cerca de 14.1 milhões de pessoas (INEA, 2019);

Angola é o 5º país mais jovem do mundo (World Bank, 2019), ficando apenas atrás de alguns países da ASS: Níger, Mali, Chade e Uganda. Com um crescimento populacional que se situa nos 3%, as previsões sugerem que o número de crianças no país continue a aumentar. As crianças e adolescentes constituem os grupos de maior vulnerabilidade no país, sendo o seu principal suporte a família. De acordo com a UNICEF (2020), a diminuição do peso do sector social, registada ao longo dos últimos anos (em 2018 correspondia a 4,5% da despesa do OGE), tem contribuído para o empobrecimento de muitos agregados e para múltiplas privações, das quais as crianças são as principais vítimas, conforme mostram os indicadores de DH. Para agravar a situação, as famílias angolanas continuam a sentir os efeitos da contração económica e o seu poder de compra continua bem abaixo do nível de 2014 (World Bank, 2019).

A PS em Angola está estruturada de forma a dar prioridade à PS contributiva, em detrimento dos grupos mais vulneráveis, o que pode explicar o porquê de o montante direcionado à Velhice ter representado, nos últimos 16 anos, 26% da despesa em PS, enquanto que o montante direcionado à Família e Infância representou apenas 1%. Atualmente Angola possui uma das mais elevadas taxas de desemprego da África austral, que afeta 31,8% da população ativa (INEA, 2019). A evolução negativa da taxa de desemprego necessita da

implementação de medidas com vista à correção de desvios. Em Angola, dois fatores têm impactado negativamente o padrão de desemprego no país, os quais são, segundo Lukombo (2004): a Economia Dualista, onde a economia formal cobre apenas uma parte minoritária da população economicamente ativa; e a baixa qualidade da mão-de-obra, em que a procura por força de trabalho qualificada continua superior à oferta, em resultado do elevado número do abandono escolar, gerando uma escassez de mão-de-obra qualificada. Este aspecto, que afeta diretamente o emprego formal do país, é resultado da má qualidade do ensino em Angola, onde os níveis de ensino mais qualificados representam 15% da despesa do OGE em Educação (Ensino Superior 7%), sendo que o problema não está na percentagem atribuída a esta parcela da despesa, mas antes na DO em si.

Durante muitos anos, em Angola não existiu uma política de Educação, resultado da falta de empenhamento e decisão a nível político, justificada pela prioridade dada ao esforço de guerra em detrimento das funções sociais, como a Educação (Ferreira, 2005). Ferreira (2005) dá conta de um MEA praticamente inoperante como estrutura, esvaziado de políticas, de técnicos e de dinâmica, em parte consequência de uma reduzida fatia do orçamento atribuída ao setor, e só um aumento significativo da fatia orçamental poderia aumentar a capacidade de intervenção do MEA, com consequências em todo o território sob controle do Governo. Em 2000, Angola assinou o Compromisso de Dakar (UNICEF, 2016), um instrumento de promoção da Educação para todos em África, onde foi reiterado que a consagração do direito à Educação é uma responsabilidade dos Estados nacionais e, para que seja efetivado, considerando a realidade e as possibilidades económicas dos países, devem ser investidos no mínimo, o equivalente de 4% a 6% do PIB, ou de 15% a 20% do total do orçamento público em políticas educacionais. Nos últimos 16 anos, a Educação representou em média, 6% do OGE (2003-2018), o que contribuiu para a perpetuação das dificuldades já existentes, centradas na falta de instalações, equipamento, material didático e professores habilitados (Ferreira, 2005). A título de comparação, em 2017, a Educação representava 6,37% do OGE em Angola, enquanto que, no Zimbábue, representava 24,5%, na Namíbia 19,4% e na África do Sul 17% (World Bank, 2019).

O setor da Saúde depara-se com os mesmos problemas do setor da Educação, de que é exemplo o funcionamento inadequado dos postos de saúde e hospitais, dada a falta de condições técnicas e de técnicos de saúde qualificados, entre outros aspetos (CEIC – CMI, 2013). Angola assinou o Compromisso de Abuja, no qual o Governo se comprometeu em consignar cerca de 15% da despesa do OGE ao setor da Saúde, todavia o setor representou, em média, 4% da despesa do OGE entre 2003-2018 e, no ano de 2018, 2,9%.

Em relação à função Habitação e Serviços Comunitários, o seu maior problema está intimamente relacionado com o saneamento básico, abastecimento de água, e gestão de resíduos, uma vez que as más condições de saneamento básico das cidades são responsáveis pela proliferação de doenças. De acordo com a UNICEF (2018), para que Angola possa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e o saneamento para todos (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6:), precisará de investir 1,5 mil milhões de dólares anuais em saneamento urbano. Atualmente são gastos, em média, 135 milhões de dólares anuais em Higiene Pública, apenas 9% do necessário garantir uma Higiene Pública funcional no país.

A Habitação é um dos principais problemas sociais que, aliado à questão jurídica da posse e uso da terra, integra alguns dos mais relevantes tópicos sociais e jurídicos (Nangacovie, 2013), num país com um défice habitacional de 1,7 milhões de unidades e onde apenas 8,12% dos agregados angolanos têm possibilidades de comprar uma casa com recurso a financiamento (Cain, 2018). O Fundo de Fomento Habitacional representa um dos instrumentos de financiamento habitacional que concede um empréstimo a 30 anos, com uma taxa de juro de 3% aos funcionários públicos, os quais, em média, ganham 20 vezes mais do que o ordenado mínimo nacional (Cain, 2018) e, em 2015, representavam apenas 10% da população ativa (Universidade Católica de Angola CEIC, 2015). Num país em que, aproximadamente, 78% da população ativa possui um rendimento mensal entre os 21 454,10 Akz (43 US\$) e os 32 181,00 Akz (64 US\$) (Decreto Presidencial nº19/89, *ver Anexo. 11*), dá-se por entendido que o problema da falta de condições habitacionais dos agregados familiares, para além das já mencionadas condições de saneamento urbano, é resultado de um conjunto de questões de cariz socioeconómico, como os baixos salários e a dificuldade de acesso ao crédito por parte das famílias.

O atual estado das funções sociais em Angola é resultado da falta de políticas nacionais e descentralizadas (num país de grandes dimensões e de baixa densidade populacional), e da falta de investimento público. O Executivo angolano tem as prioridades trocadas, o que é possível perceber, a olho nu, quando se analisa o OGE.

## 5. Aplicação Empírica

A forma como a DP é executada, está intimamente relacionada com a eficiência da gestão pública, contudo este estudo não abordou a questão empiricamente, mas procurou

identificar de que forma as variáveis económicas em análise, impactam o Índice Desenvolvimento Humano em Angola.

As elevadas taxas de crescimento económico registadas nos últimos anos no país, previam melhorias significativas nas condições de vida da maioria da população, essencialmente dos mais pobres. Todavia, Angola é um PEVD com graves problemas socioeconómicos, impulsionados pelo seu subdesenvolvimento que tem impactado negativamente a forma como a maioria dos angolanos vive, essencialmente as mulheres e crianças. Tal situação está em parte relacionada com o baixo investimento público em áreas sociais prioritárias do país, como a Saúde e a Educação, que se revela insuficiente como analisado no ponto 4, o que tem contribuído para a perpetuar as dificuldades já existentes nesses sectores. Todavia para que a situação possa ser revertida, a proporcionalidade despesa pública do OGE, deve ser posta em causa, havendo a necessidade de redefinir as prioridades de desenvolvimento do país, que se encontra em reconstrução física e emocional, apostando fortemente nas áreas sociais prioritárias do país. Tal pode contribuir diretamente para a melhoria das condições de vida dos angolanos e conseqüente desenvolvimento do país.

A análise de dados revela-se desafiadora e bastante exigente no contexto da ASS, devido à falta de validade e confiabilidade dos dados, e até mesmo à falta dos mesmos. Dadas as circunstâncias, é fácil de imaginar o quão difícil é, para os governos africanos, tomarem decisões baseadas em dados. Essa situação geralmente é agravada pela falta de uma cultura de uso de dados, sendo, na maioria das vezes, difícil verificar a eficácia dos programas existentes, ou se os recursos disponíveis estão a ser alocados eficientemente para resolver os problemas de desenvolvimento mais urgentes e sérios (Beguy, 2016). A falta de dados de qualidade em África não limita apenas a capacidade do continente de gerar um corpo de conhecimento pertinente, mas também impede que os analistas gerem evidências políticas necessárias para a tomada de decisões apropriadas, que influenciem o desenvolvimento positivo do continente. O mais importante, porém, é que quando existirem dados, que sejam transformados em informações fáceis de entender e úteis para os seus utilizadores finais.

## 5.1 Amostra

A presente análise empírica foi composta por 5 variáveis económicas, referentes ao período de 2003 a 2018, cujos valores originais são de cariz anual, tendo sido recolhidas 16 observações no total para cada variável, ou seja, um total de 80 observações. Todavia de forma a colmatar o problema da falta de observações, e atribuir robustez estatística a base dados, os dados foram interpolados trimestralmente de acordo com o período de referência (2003 a 2018), tendo sido obtidas 64 observações para cada variável, correspondendo a um total de 320 observações. As variáveis em análise são:

Índice de Desenvolvimento Humano (*idh*), um indicador criado pelas Nações Unidas, é provavelmente o mais bem-sucedido indicador de bem-estar multidimensional elaborado até agora. O IDH mede o desempenho dos países em dimensões chave de desenvolvimento humano: a Saúde, uma vida longa e saudável, a Educação, ter conhecimento e PIB per capita, padrões de vida decentes.

O Corruption Perception Index (*CPI*), representa um índice criado pela Transparency Internacional que analisa os níveis de corrupção no sector público (Transparência e Accountability) numa escala de 0 a 100, em que 0 representa um país altamente corrupto e 100 um país “limpo” de corrupção.

O Orçamento Geral do Estado per capita (*OGE<sub>per</sub>*), que corresponde à despesa pública total do Estado em Angola. Os dados utilizados são provenientes do Ministério das Finanças do país, onde estão disponibilizados os valores relativos à orçamentação e execução da despesa pública, de 1991 a 2019, cuja última atualização foi a 10/09/2019. Os dados originais encontram-se em Kwanzas Angolanos (Akz), moeda nacional angolana, todavia os valores foram convertidos em dólares norte-americanos (US\$), tendo sido usada a seguinte taxa de conversão, 1 Akz = 0,0020 US\$, de forma a possibilitar que os resultados obtidos possam ser complementados e comparados com informação proveniente de grandes instituições internacionais, que geralmente se encontra expressa em dólares norte-americanos. Por sua vez, os valores do OGE foram divididos em função do total da população, correspondente a cada ano (cujos dados são provenientes do World Bank), dando-se assim origem à variável *OGE<sub>per</sub>*.

O Produto Interno Bruto per capita ( $PIB_{per}$ ), consiste na soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em Angola durante um período de 1 ano. Os dados são provenientes do World Bank, e encontram-se contabilizados em dólares norte-americanos (US\$). Os dados relativos ao PIB foram divididos em função do total da população correspondente a cada ano, dando-se assim origem a variável  $PIB_{per}$ .

Por fim, temos a variável Crescimento Populacional ( $CP$ ), que representa a taxa de crescimento populacional de Angola, sendo os dados são provenientes do World Bank.

## 5.2 Estatísticas Descritivas

Procedeu-se à análise descritiva das variáveis, de forma a verificar como se comportaram ao longo do tempo (*ver*, **Anexo. 13**). Da análise das tabelas descritivas, foi possível verificar que as variáveis possuem um desvio padrão baixo, o que revela a homogeneidade dos dados e a sua aproximação à média.

## 5.3 Estimação do Modelo: Resultados

Procedeu-se à estimação de dois modelos econométricos (Regressão Linear) cujo objetivo foi determinar de que forma os indicadores económicos em análise impactam o Índice de Desenvolvimento Humano em Angola. Os dois modelos distinguem-se um do outro, pelo facto de, no primeiro modelo, a variável que representa a despesa pública englobar a despesa pública total ( $OGE_{per1}$ ), enquanto que, no segundo modelo, procedeu-se à desagregação da despesa pública total, dela constando apenas as despesas com as áreas sociais prioritárias, ou seja, a Saúde (DS1), a Educação (DE1), a Proteção Social (PS1) e a Habitação e Serviços Comunitários (HSC).

Realizaram-se testes Unit Root, de forma a verificar se as variáveis em análise são ou não estacionárias, de forma a prosseguir com a estimação do modelo. Realizaram-se três testes Unit Root, o Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS, o Augmented Dickey-Fuller e o Phillips-Perron, para uma maior confirmação da robustez estatística dos dados (*ver*, **Anexo. 16**). Analisemos os resultados.

As variáveis  $idh$ ,  $OGE_{per}$  e  $PIB_{per}$  foram estimadas em primeira diferença, dando origem a novas variáveis,  $idh_1$ ,  $OGE_{per1}$  e  $PIB_{per1}$ , respetivamente (ver, **Anexo. 17**). A variável  $C_{pop}$  não é estacionária, todavia constitui uma variável de interesse para este estudo e, para que pudesse fazer parte do modelo, foi transformada na variável  $lnC_{pop}$ , que representa a taxa de crescimento da variável  $C_{pop}$  (ver, **Anexos. 16 e 17**). Em relação ao segundo modelo, chegou-se à conclusão de que as variáveis DE, DS e DPS, não são estacionárias, tendo sido estimadas em primeira diferença, dando origem a novas variáveis, DE1, DS1 e DPS1 (ver, **Anexo. 26**).

O 1º modelo e 2º modelo estimados, possuem uma capacidade explicativa de 0,63 e 0,49, respetivamente, representada pelo R-squared e, de forma a perceber como as variáveis em análise impactam o IDH, analisemos os resultados obtidos (ver, **Anexo. 18 e 22**).

1ª Modelo:

$$idh1_t = \beta_1 + \beta_2 CPI_t + \beta_3 OGE_{per1_t} + \beta_4 PIB_{per1_t} + \beta_5 lnC_{pop}_t + \varepsilon_t$$

2ª Modelo:

$$idh1_t = \beta_1 + \beta_2 CPI_t + \beta_3 DE1_t + \beta_4 DS1_t + \beta_5 DPS1_t + \beta_6 HSC_t + \beta_7 PIB_{per1_t} + \beta_8 lnC_{pop}_t + \varepsilon_t$$

## 5.4 A análise dos resultados

A estimação baseada no modelo aferiu os seguintes resultados:

- O  $CPI$  tem um impacto positivo sobre  $idh1$  em Angola;

A corrupção representa uma das pragas do mundo em especial dos PEVD, onde muitas vezes é considerada endémica e identificada como uma das principais razões dos países da ASS, não atingirem os seus objetivos do milénio. Mauro (1998) refere que a corrupção possui um impacto negativo sobre o  $idh$ , pelo facto desta alterar a composição dos gastos do governo: especificamente, os governos corruptos gastam menos com educação e talvez saúde. Por sua vez, Haque & Kneller (2012) referem que a corrupção não reduz apenas a qualidade dos serviços públicos necessários, mas também inflama a despesa pública para além do ponto de eficiência. Desta forma, podemos explicar porque o investimento público não consegue elevar o crescimento dos países. Tendo em conta o modelo econométrico estimado, partiu-se com a premissa de que o  $CPI$  possui em impacto positivo sobre o  $idh$  em Angola (ou seja,

a corrupção afeta negativamente o *idh* no país), na hipótese de se verificar uma relação positiva entre níveis mais baixos de corrupção no setor público e o aumento da eficácia e eficiência na execução da despesa pública que mais impacto tem sobre o *idh*, vejamos.

Tendo em conta o modelo estimado o *CPI* impacta positivamente o *idh* em Angola. O resultado pode ser explicado tendo em conta o monopólio de mercado e informação, criado pelo governo angolano (Morais, 2011), cuja uma das consequências foi o surgimento de um ciclo vicioso de proteção dos dirigentes políticos, e a sua manutenção no poder durante muitos anos. O principal pilar da corrupção em Angola é o sistema financeiro do país, composto predominantemente pelo setor bancário extremamente dependente da corrupção no setor petrolífero (Morais, 2011). Um número elevado de bancos estabelecidos no país, tinha (têm) a Sonangol como principal acionista, o que tem facilitado as transferências ilícitas de receitas do petróleo para oficiais do governo, sob forma de ações. Este sistema corrupto que gira em torno da maior receita pública angolana, “patrocinou” a carreira acionista de muitos dirigentes angolanos em grandes empresas e multinacionais pelo mundo. A corrupção no setor público angolano é muito elevada e, apelando ao senso comum, caso os “shady deals” diminuam ou porventura não mais se realizem, poderá ter, como consequência direta, um maior montante de receita pública disponível afeto a despesa pública, em particular a despesa social prioritária (como recomendado pelo FMI, *ver capítulo 3.2*). À semelhança deste modelo, Pradhan (2012) procurou entender como o *CPI* se relaciona com o *IDH* no Nepal e, antes de estimar a relação entre estas duas variáveis no país, analisou-a em países de baixo, médio e alto rendimento, de 2005 a 2011 (*ver Anexo. 19*). Os resultados do modelo concluíram que as variáveis *CPI* e o *IDH* estão positivamente relacionadas. Nos países de baixo rendimento, apesar de terem predominado as relações negativas, estas não são significativas, comparativamente às relações positivas registadas, ou seja, um aumento do *CPI* afeta positivamente o *IDH*. Segundo Pradhan (2012), esta relação pode ser justificada como uma norma, uma vez que a melhoria do *DH*, significa também uma melhoria na educação, o que leva a pessoas mais conscientes e com uma maior perceção sobre a corrupção. Por sua vez, como referido em 5.3, este resultado pode ser explicado também pelo facto do *CPI* influenciar positivamente a execução da *DP* que mais impacto tem sobre as áreas de *DH*.

- O PIB<sub>perl</sub> influencia positivamente o *idh*, em Angola;

Acredita-se que os países pobres, em particular, requerem um crescimento do PIB para melhorar o bem-estar dos seus cidadãos, vejamos. A UN (1996) estabeleceu uma relação casual entre crescimento económico e desenvolvimento humano, na medida que o crescimento económico cria a base para o desenvolvimento, através do fornecimento de uma base financeira. Roshaniza & Selvaratnam (2015), referem por sua vez, que níveis mais elevados de output (crescimento económico) podem ser redirecionados e transformados em despesa em educação, saúde e redução da pobreza, que eventualmente impactará a produtividade dos cidadãos, levando a um maior crescimento. Isso significa que o crescimento económico pode ser acompanhado pelo aumento do input (despesa pública), em função do IDH e programas redução da pobreza. Partindo da premissa de que quanto mais rico um país for, maiores são os meios que possui para alcançar o desenvolvimento, relativamente ao modelo estimado, partiu-se com a premissa que o PIB<sub>per</sub> impacta positivamente o *idh*, em Angola, vejamos.

O PIB per capita é uma das três dimensões do IDH, que representa o bem-estar material das populações. O modelo estimado dá conta do impacto positivo do PIB<sub>perl</sub> sobre o *idh* em Angola. Tal impacto pode ser explicado tendo em atenção que PIB per capita tem crescido bastante nos últimos 16 anos no país, em média 11%, o que impulsionou um desenvolvimento mais acelerado do país. 2005 foi o ano em que se registou o maior crescimento do PIB per capita no país 52%, todavia nos anos de grandes crises económicas, como 2009 e 2015, este indicador diminuiu cerca de 23%. À semelhança deste estudo, Deb (2015) procurou entender como o IDH e o PIB per capita se relacionam, analisando a relação em países de alto, médio e baixo rendimento. Da amostra de 140 países, foi confirmada a existência de uma relação positiva forte entre IDH e PIB per capita, sendo esta relação mais significativa nos países de baixo rendimento (*ver, Anexo. 20*). A explicação encontrada para esta relação positiva, está no facto de níveis mais elevados de PIB estarem associados, também, a níveis mais elevados de IDH (Deb, 2015). Deb (2015), à semelhança de vários autores, como Sen, chama a atenção para o facto do PIB ser uma medida económica, enquanto que o IDH é uma medida de progresso social, não sendo apropriado relacionar o PIB com um indicador de progresso humano. A utilização da distribuição do rendimento, porventura, seria mais apropriada para se relacionar com o IDH. Todavia, para além da complexidade e especificidades que este indicador acarreta, revela-se problemático no

contexto angolano, em que os 50% mais pobres detinham, em média entre 2003-2017, 12,6% do rendimento nacional antes de impostos, e os 1% mais ricos 16% (World Inequality Database (2018)).

- A  $\ln C_{pop}$  impacta positivamente o  $idh_1$  em Angola;

O continente africano regista a maior taxa de crescimento populacional de entre os restantes continentes, onde se prevê um rápido aumento populacional, mesmo que haja uma redução substancial dos níveis de fertilidade num futuro próximo. Segundo as previsões da ONU, a população da ASS duplicará em 2050. As maiores taxas de crescimento populacional registam-se nos países mais pobres, onde o crescimento populacional coloca desafios no esforço para erradicar a pobreza, combater a fome e a desnutrição, e fortalecer a cobertura e a qualidade dos sistemas de saúde e educação (United Nations, 2019). Dito isto, partiu-se com a premissa de que a elevada taxa de CP influencia negativamente o IDH em Angola, vejamos.

Tendo em conta o modelo estimado, a  $\ln C_{pop}$  impacta positivamente o  $idh_1$  em Angola, tal impacto pode ser explicado tendo em conta o efeito positivo a longo prazo que o CP pode ter na economia. A China e Índia registaram, nos últimos anos, taxas de crescimento económico explosivas, em parte consequência das suas elevadas e concentradas populações, e consequente força de trabalho jovem. A ASS concentra 15% da população mundial, em que 42% do total são jovens (World Bank, 2019). A região, incluindo Angola, regista uma elevada taxa de crescimento populacional, fator esse que muitas vezes é usado como umas das justificações para o subdesenvolvimento, e afirmar que o elevado CP é um problema real e desafiador para África (UNFPA, 1994). Em contextos de subdesenvolvimento, o CP surge acompanhado por um conjunto de questões como, por exemplo, “Como um elevado CP pode contribuir para o aumento da dificuldade em fornecer serviços sociais essenciais?” ou “Como reagir à elevada procura por trabalho?”. Atrás da Ásia e da Europa, África é o terceiro continente mais densamente povoado e o segundo maior. Estes indicadores demonstram que, em termos comparativos, África não é “sobrepovoada” e, se o CP representar de facto um obstáculo ao DH, isso pode ser explicado, em parte, devido à despesa pública insuficiente e ineficiente, e à falta políticas direcionadas para as áreas que mais diretamente impactam o DH. Phil, *et al.* (2006), realizaram uma análise comparativa entre os países do Médio Oriente sobre o impacto do CP no IDH, procedendo também à estimação da relação deste primeiro indicador na educação, na saúde, no PIB e na tecnologia. A relação entre o CP e o IDH foi

estimada individualmente, em que este último indicador representava a variável dependente e, antes da estimação do modelo, partiu-se com a premissa de que o CP tinha um impacto negativo no IDH. Estimada a relação, concluiu-se que o CP não tinha um impacto significativo no IDH (ou seja, era relativamente neutro). Esta relação foi justificada pelo facto de os países do Médio Oriente registarem um PIB per capita elevado, o que faz com que possuam maiores possibilidades de construir infraestruturas necessárias para manter e proporcionar um elevado nível de qualidade de vida aos seus cidadãos.

- O  $OGE_{per1}$  impacta negativamente o  $idh1$  em Angola;

São muitos os argumentos a favor de uma política de gastos públicos, observando uma melhoria no desenvolvimento humano, essencialmente tendo em conta as falhas de mercado. Agarwal (2015) refere que, tanto o aumento dos gastos públicos dos setores sociais, como o aumento do rendimento, afetam positivamente os resultados do desenvolvimento humano. Este estudo partiu com a premissa de que o IDH é positivamente influenciado pelo OGE, em que setores de desenvolvimento humano como a saúde e a educação representam os outputs, e a despesa pública os inputs na função de produção social, que poderá ter como consequência níveis mais elevados de IDH.

O modelo estimado deu conta do impacto negativo do  $OGE_{per1}$  sobre o  $idh1$  (ver, **Anexo. 21**), o que pode ser explicado tendo em conta a distribuição funcional da despesa do OGE em Angola. Gupta *et al.* (1998) referem que despesas em saúde (cuidados de saúde preventivos) e educação (ensino primário) constituem o tipo de despesas públicas que possuem um efeito positivo na formação do capital humano, que, por sua vez, podem contribuir para o alavancar do crescimento económico, enquanto se promove a igualdade e reduz a pobreza. Contudo, o que ditará o quão produtiva e benéfica será a despesa pública, é a forma como esta é alocada dentro de cada setor, e a sua proporcionalidade (Gupta *et al.*, 1998). Como analisado no quarto capítulo, a DO (e a própria percentagem em função do OGE) consignada a despesa pública em áreas sociais prioritárias em Angola revela-se insuficiente, o que dificulta melhorias significativas e constantes a curto e médio prazo do IDH.

O 2º modelo estimado foi realizado propositadamente, tendo em conta o facto de existirem variáveis que mais impacto possuem sobre o IDH, e porventura o impacto negativo da variável  $OGE_{per1}$  (correspondente à despesa pública do 1º modelo estimado) poderia ser invertido com a estimação do 2º modelo. Ao invés do  $OGE_{per1}$  foram usadas as variáveis,

DE1, DS1, DPS1 e DHSC (*ver*, **Anexos 22 a 26**), e das 4 funções da despesa representadas, apenas a variável DE1 possui um impacto positivo no  $idh_t$ . O 2º modelo, todavia, não possui a qualidade desejada, uma vez que apenas a variável DE1 é estatisticamente significativa.

Através da premissa comprovada de que o elevado IDH dos países de alto rendimento é resultado de um elevado investimento em saúde e educação, Iheoma (2014) procurou entender se, de facto, existe uma justificação empírica para o aumento de despesa pública em serviços sociais na ASS. O estudo foi composto por 20 países da ASS, inclusive Angola, e chegou-se às seguintes conclusões: a despesa pública em saúde está positivamente relacionada com o IDH, sendo que um aumento de 1% da despesa pública equivale, em média, a um aumento de 0,2% do IDH. Neste estudo, as despesas públicas em educação primária e secundária não foram consideradas significativas, tal podendo ser justificado tendo em conta a pobre gestão pública na alocação de despesa nesses subsectores, a má remuneração dos docentes e as elevadas taxas de abandono escolar (Iheoma, 2014). Todavia, constatou-se que um aumento de 1% na despesa em educação superior equivale a um aumento de 0,02% do IDH. Apesar da aparente “insignificância” da educação para o IDH, Iheoma (2014) refere que a despesa em educação e saúde, quando juntas, são significativas para o IDH, e afirma a necessidade de fundos (DO) adequados e a adequada utilização dos mesmos, de forma a alcançar os objetivos do milénio e fomentar o DH.

## 6. Conclusão

São muitos os que argumentam que as necessidades vividas pela maioria da população da ASS, neste caso particular pela população angolana, não são as mesmas necessidades vividas nas restantes regiões do mundo, em particular nos PD. As necessidades de emprego, habitacionais, os padrões de consumo, etc., são outros. Todavia, a situação não pode servir de desculpa para justificar os baixos níveis de investimento público, especialmente no que toca às áreas sociais prioritárias.

Considerando o facto de que o sector social não é atraente economicamente, de forma a nele haver uma proliferação do sector privado, a despesa pública tornou-se, ao longo dos tempos, a única alternativa para assegurar a provisão de serviços de Educação e Saúde nos PEVD. Através da análise do OGE angolano, chega-se à conclusão de que o mesmo não se revela de todo realista, numa ótica de DH, essencialmente no que diz respeito à DO consignada aos sectores sociais prioritários. Como resultado, observa-se:

- Um setor da Educação e Saúde com carências de profissionais qualificados e falta de condições técnicas. O SNS carece de 30.000 médicos e 66.000 enfermeiros (Luísa Lucuta, 2019).
- Um setor da Proteção Social com uma cobertura deficiente, em particular à Família e Infância. Por sua vez, a tipologia contributiva do sistema de PS revela-se ineficaz, uma vez que “ignora” as necessidades de quem mais precisa, as crianças e os pobres. Tal situação foi alvo de atenção por parte da atual Ministra das Finanças Vera Daves, que referiu a ineficácia do atual modelo de assistência social, argumentando a necessidade de passar os subsídios indiretos a diretos, para assim ajudar pessoas com necessidades específicas (Diário de Notícias, 2019).
- Um setor da Habitação e Serviços Comunitários com grandes deficiências, no que diz respeito ao saneamento urbano e abastecimento de água, sectores em que o atual investimento público se revela ineficiente, de forma a poder contribuir para uma higiene pública funcional. Outro aspeto a realçar, é a falta de poder financeiro (acesso ao crédito), que afeta 92% dos agregados familiares angolanos (Cain, 2018). Por mais habitações que se construam no país, existe a necessidade de uma abordagem multifuncional, com o foco na redução da pobreza. O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 reflete sobre o problema do poder de compra dos agregados familiares angolanos, ao incutir a necessidade de implementar iniciativas que estimulem a transição da economia de subsistência e familiar para modelos de economia formal, de forma a aumentar os índices de rendimento das famílias nestas condições, e, com esse aumento, melhorar a qualidade da saúde, da educação, e o nível de vida em geral.

Baseado nas análises conduzidas ao longo deste estudo, podemos retirar algumas lições: O crescimento do PIB per capita ( $PIB_{per1}$ ) e níveis mais baixos de corrupção ( $CPI$ ) contribuem positivamente para o IDH no país, podendo ser sinónimos de mais gastos públicos direcionados, maior atividade económica, liquidez financeira e melhor Governance, respetivamente. Foi quebrado um grande preconceito associado aos PEVD da ASS, sobre o efeito negativo da variável Crescimento Populacional em relação ao IDH. De acordo com o modelo econométrico aplicado, o CP não influencia negativamente o IDH em Angola, ou seja, o CP não representa um obstáculo ao DH no país. Por outro lado, a despesa pública ( $OGE_{per1}$ ), influencia negativamente o IDH no país. A justificação pode estar relacionada com a afetação

do OGE, em que é observável a tendência em consignar os montantes de DO mais elevados ao pagamento de dívida pública e ao setor bancário, entre outros, em detrimento das áreas sociais prioritárias.

Os problemas analisados, como o baixo IDH e a elevada taxa de pobreza em Angola, por mais que se apresente o argumento da escassez de recursos públicos, são fruto de uma má Governace e da falta de vontade política em querer desenvolver as áreas sociais prioritárias no país. Pelo que se observa, nem o crescimento económico registado nos últimos anos, fez com que os dirigentes políticos angolanos apostassem mais no desenvolvimento dessas áreas sociais estratégicas, ao invés, em períodos de menor desempenho económico, é neste tipo de despesa que se corta.

Para que Angola ultrapasse os seus problemas de DH mais gritantes, é necessário que o Governo repense a sua política orçamental, voltando as suas prioridades para o desenvolvimento dos sectores sociais prioritários, afetando mais DP, de forma eficaz e eficiente a estes sectores. É necessária, também, maior autonomia, para que cada Ministério possa ter um parecer efetivo na elaboração do OGE, não estando a decisão “robustamente” centralizada no MFA. Políticas sectoriais exigem-se, pois um país como Angola não pode consignar a sua receita pública essencialmente ao pagamento de dívida pública e ao sistema financeiro (que sobrevive à conta do sector petrolífero do país).

Angola tem de apostar no desenvolvimento da sua jovem população, capacitando-a, para que se torne numa economia desenvolvida e, conseqüentemente, com elevados níveis de desenvolvimento. Há que repensar também outros aspetos, como a descentralização administrativa, para uma maior proximidade na satisfação das necessidades da população, e a natureza do sistema de PS social do país, tornando-o um sistema mais redistributivo, sem descurar a sua sustentabilidade.

## Bibliografia

- Agarwal, P. (2015). Social Sector Expenditure and Human Development: Empirical Analysis of Indian States. *Indian Journal of Human Development*, 9(2). Obtido de [https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0973703020150202?casa\\_token=Dj7cMVPFt9cAAAAA:OOZuTXVY2PHUk1m6drMpD\\_znms8Rcsz2VBVRxvu3YAxQy6nOhl9Vogfn61SkQOk0CE9R1O7tQixhqA](https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0973703020150202?casa_token=Dj7cMVPFt9cAAAAA:OOZuTXVY2PHUk1m6drMpD_znms8Rcsz2VBVRxvu3YAxQy6nOhl9Vogfn61SkQOk0CE9R1O7tQixhqA)
- Amin, S. (1972). Underdevelopment and Dependency in Black Africa - Origins and contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, 503-524.
- Arimah, B. (2004). Poverty Reduction and Human Development in Africa. *Journal of Human Development*, 5(3), 399-415. doi:10.1080/1464988042000277260
- Baskaran, T., & Bigsten, A. (2013). Study on the vulnerability and resilience factors of tax revenues in. *World Development*, 5, 92-107. doi:10.1016/j.worlddev.2012.09.018
- Beguy, D. (18 de Agosto de 2016). Poor data affects Africa's ability to make the right policy decisions. (T. conversation, Ed.) Obtido de <https://theconversation.com/poor-data-affects-africas-ability-to-make-the-right-policy-decisions-64064>
- Börzel, T. A., & Hackenesch, C. (2013). Small carrots, few sticks: EU good governance promotion in sub-Saharan Africa. *Cambridge Review of International Affairs*, 26(3). doi:10.1080/09557571.2013.807424
- Bunga, C. E. (2015). *Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação na Cidade do Namibe - Angola*. Lisboa: FCSH: DGPR - Dissertações de Mestrado. Obtido de <http://hdl.handle.net/10362/15440>
- Cain, A. (2018). Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola. *Water International*, 43(2), 205-216. doi:10.1080/02508060.2018.1434958
- Calderon, C., Chuhan-Pole, P., & Lopez-Monti, R. M. (2017). Cyclicity of Fiscal Policy in Sub-Saharan Africa : Magnitude and Evolution. Obtido de <http://hdl.handle.net/10986/27606>

- CEIC & CMI. (2013). *O Custo de Desenvolvimento de Infraestruturas em Angola*. Obtido de <http://osisa.org/wp-content/uploads/2019/02/Angola-Infraestruturas-report-Portugues-HiRes.pdf>
- Christiano, L., Eichenbaum, M., & Rebelo, S. (2011). When Is the Government Spending Multiplier Large? *Journal of Political Economy*, 119(1), 78-121. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/10.1086/659312?origin=JSTOR-pdf>
- Constituição da República de Angola. (n.º2010/10 Diário da República 1ª série nº23).
- D'Agostino, G., Dunne, J. P., & Pieroni, L. (2012). Corruption, Military Spending and Growth. pp. 591-604. doi:10.1080/10242694.2012.663579
- Deb, S. (2015). Gap between GDP and HDI: Are the Rich Country. (U. o. Aryabhata College, Ed.) Obtido de <http://iariw.org/papers/2015/deb.pdf>
- Ferreira, M. J. (2005). *Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos/ISCTE.
- Gadir, A. A., & Thorbecke, E. (2000). The State and Path of Poverty in Sub-Saharan Africa. *Journal of African Economies*, 9, 9-40. doi:10.1093/jafeco/9.Supplement\_1.9
- George, J., & Wood, G. (2007). Oil & war in Angola. *Review of African Political Economy*, 28(90), 587-606. doi:10.1080/03056240108704568
- Governo da República de Angola. (2019). Portal Oficial do Governo de Angola. Obtido de A História de Angola: <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>
- Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional* (Vol. 1). República de Angola.
- Guilherme Silva, S. (28 de Junho de 2019). Qualidade de ensino depende de investimentos. (A. A. Press, Entrevistador) Obtido de [http://angop-as31.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/educacao/2019/5/26/Qualidade-ensino-depende-investimentos-SINPROF,d9dfedb7-bbe1-4b44-9c9d-b864bd5055ab.html](http://angop-as31.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2019/5/26/Qualidade-ensino-depende-investimentos-SINPROF,d9dfedb7-bbe1-4b44-9c9d-b864bd5055ab.html)
- Gupta, S., Clements, B., & Tiongson, E. (1998). Public Spending on Human Development. *Finance & development*, 35(3). Obtido de

[https://www.researchgate.net/publication/235325347\\_Public\\_Spending\\_on\\_Human\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/235325347_Public_Spending_on_Human_Development)

Hammond, J. L. (2011). The Resource Curse and Oil Revenues in Angola and Venezuela. *Science & Society*, 75(3), 348-378. doi:10.1521/asis.2011.75.3.348

Haque, M. E., & Kneller, R. (2012). Why Public Investment fails to raise economic growth in some countries?: The role of corruption. doi:10.1111/manc.12068

Iheoma, C. G. (2014). Impact of social spending on human development. *American Journal of Social Sciences*, 2(2), 29-35.

Instituto Nacional de Estatística de Angola (INEA). (2014). Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de Angola 2014. Obtido de [http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014\\_Versao%202032016\\_DEFINITIVA%2018H17.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%202032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf)

Instituto Nacional de estatística de Angola (INEA). (2020). População total de Angola (previsões de 2014-2050). Obtido de <https://www.ine.gov.ao/indicadoresestatisticos/>

Instituto Nacional de estatística de Angola (INEA). (2020). Taxa de desemprego em Angola. Obtido de [https://www.ine.gov.ao/images/IEA\\_IV\\_TRIM\\_2019.PNG](https://www.ine.gov.ao/images/IEA_IV_TRIM_2019.PNG)

Instituto Nacional de estatística de Angola (INEA). (2020). Taxa de pobreza em Angola. Obtido de <https://www.ine.gov.ao/images/banners/pobreza.png>

Instituto Nacional de estatística de Angola. (2020). População total de Angola (2014-2050).

Internacional Monetary Fund. (2018). *Angola Selected issues*. Obtido em 2020, de <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/06/11/Angola-Selected-Issues-45958>

Keefer, P., & Khemani, S. (2013). Democracy, Public Expenditures, and the Poor. doi:10.1596/1813-9450-3164

Lei de Bases da Proteção Social. (s.d.). (*nº 34, de 28 de Agosto*) .

Lei de Bases do Sistema de Educação. (s.d.). (*nº133/01*).

- Lukombo, J. B. (16, 17 e 18 de Setembro de 2004). Desemprego e Crise Social em Luanda "um esboço sobre alguns aspectos referentes a população e o mercado de trabalho". Coimbra, Coimbra, Portugal. Obtido de <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoaoBaptistaLukombo.pdf>
- Mauro, P. (1 de junho de 1998). Corruption: Causes, Consequences, and Agenda for Further Research. *Journal of Public Economics*, 69, 263-279. doi:10.1016/S0047-2727(98)00025-5
- Mkandawire, T. (2007). Development in Practice . 'Good governance': *The itinerary of an idea*, pp. 679-681. doi:10.1080/09614520701469997
- Mo Ibrahim Foundation. (2018). Ibrahim Index of African Governance. Obtido de <http://iiag.online/>
- Morais, R. M. (2011). Corruption in Angola: An impediment to Democracy. Obtido de <https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2011/10/Corruption-in-Angola.pdf>
- Nanda, V. P. (2006). The “Good Governance” Concept Revisited. doi:doi.org/10.1177/0002716205282847
- Nangacovie, E. M. (2013). *Políticas públicas e direito humano à habitação em Angola no pós-guerra. (Dissertação de Mestrado)*. (U. F. Paraíba, Ed.) Repositório Institucional da UFPB BDTD - UFPB UFPB - Campus I - João Pessoa Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas. Obtido de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4387>
- Nino, H. P., & Billon, P. L. (2014). Foreign Aid, Resource Rents, and State Fragility in Mozambique and Angola. doi:doi.org/10.1177/0002716214544458
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2009). *The Human Right to Adequate Housing*. Obtido de <https://www.refworld.org/docid/479477400.html>
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2019). *Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. Obtido de <http://hdr.undp.org/2019-report/download>

- Pradhan, P. M. (2012). Understanding the relationship between Human Development Index (HDI) and Corruption Perception Index (CPI) for nepal. (Dissertação de Mestrado). (b. North South University, Ed.)
- Queza, A. J. (2016). *Sistema de Saúde em Angola: Uma Proposta à luz da reforma do serviço Nacional de Saúde. (Dissertação de Mestrado)*. (F. d. Porto, Ed.) Obtido de <http://hdl.handle.net/10216/50407>
- Ranis, G., Stewart, F., & Ramirez, A. (2000). Economic Growth and Human Development. *World Development*, 28(2), 197-219. doi:10.1016/S0305-750X(99)00131-X
- Rhodes, R. A. (1996). Political Studies. *The New Governance: Governing without Government*, pp. 652-667. doi:10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x
- Roshaniza, N. A., & Selvaratnam, D. P. (2015). Gross Domestic Product (GDP) Relationship with Human Development Index (HDI) and Poverty Rate in Malaysia. Obtido de [https://www.ukm.my/fep/perkem/pdf/perkem2015/PERKEM\\_2015\\_2C2.pdf](https://www.ukm.my/fep/perkem/pdf/perkem2015/PERKEM_2015_2C2.pdf)
- Salário Mínimo Nacional. (2019, Diário da República 1º série nº.38).
- Secretária de Estado para as Finanças e Tesouro de Angola, V. D. (28 de Janeiro de 2019). Medidas de austeridade podem causar tensões sociais em Angola –. (A. Lusa, Entrevistador) Obtido de <https://www.dn.pt/lusa/medidas-de-austeridade-poderao-causar-tensoes-sociais-em-angola---governante-10500554.html>
- Simon, H. A. (1965). Administrative Decision Making. *Public Administration Review*, 25(1), 31-37. doi:10.2307/974005
- Sogge, D. (2006). Angola: Global "Good Governance" Also Needed. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/242681217\\_Angola\\_Global\\_Good\\_Governance\\_Also\\_Needed/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/242681217_Angola_Global_Good_Governance_Also_Needed/citation/download)
- UNICEF. (2017). Educação no Orçamento Geral do Estado 2017. Obtido de [https://www.unicef.org/esaro/UNICEF\\_Angola\\_--\\_2016\\_--\\_Education\\_Budget\\_Brief.pdf](https://www.unicef.org/esaro/UNICEF_Angola_--_2016_--_Education_Budget_Brief.pdf)
- UNICEF. (2018). A Projeção Social no OGE de 2018. Obtido de <https://www.unicef.org/angola/media/1506/file/Folheto%20da%20protec%C3%A7>

%C3%A3o%20social%20no%20Or%C3%A7amento%20Geral%20do%20Estado  
%202018.pdf

UNICEF. (2018). Água e Saneamento Orçamento Geral do Estado 2018. Obtido de  
<https://www.unicef.org/esaro/UNICEF-Angola-2018-WASH-Budget-Brief.pdf>

UNICEF. (2019). *Investimentos nas Crianças e Famílias na Proposta de Orçamento Geral do Estado de 2019*. Luanda. Obtido de  
<https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org.angola/files/2018-12/Analise%20OGE%202019%20v1.pdf>

UNICEF. (2020). Investimento na criança e na família. Análise rápida da proposta de Orçamento Geral do Estado 2020. Obtido de  
<https://www.unicef.org/angola/media/2251/file/Analise%20Rapida%20da%20Proposta%20de%20OGE%202020.pdf>

United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2019). *World Population Prospects 2019: Highlights*. Obtido de  
[https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_10KeyFindings.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_10KeyFindings.pdf)

United Nations Development Programme (UNDP). (2013). Índice de Educação. Obtido de  
<http://hdr.undp.org/en/content/education-index>

United Nations Development Programme (UNDP). (2013). Índice de Saúde. Obtido de  
<http://hdr.undp.org/en/content/health-index>

United Nations Development Programme (UNDP). (2019). Human Development Indicators. *Angola*. Obtido de <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>

United Nations Development Programme (UNDP). (2019). *Human Development Reports: Angola profile*. Obtido de <http://www.hdr.undp.org/en/countries/profiles/AGO>

United Nations Development Programme (UNDP). (2019). Human Development Index (HDI). Obtido de <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>

United Nations Development Programme. (s.d.). Dados sobre o desenvolvimento humano (1990-2018). Obtido de <http://hdr.undp.org/en/data>

- United Nations Population Fund (UNPF). (1994). Population and Development in Africa, OAU &. Obtido de [https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/POPULATION\\_AND\\_DEVELOPMENT\\_IN\\_AFRICA\\_OAU\\_ECA.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/POPULATION_AND_DEVELOPMENT_IN_AFRICA_OAU_ECA.pdf)
- United Nations Population Fund (UNPF). (1996). Human Development Report. Obtido de <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1996>
- Universidade Católica de Angola. (2015). *Relatório Económico de Angola*. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica.
- Venables, A. J., & Wills, S. E. (2016). Resource Funds: Stabilising, Parking, and Inter-generational Transfer. *Journal of African Economies*, 25(2), 20-40. doi:10.1093/jae/ejw016
- Weiss, T. G. (2000). Governance, good governance and global governance: Conceptual and actual challenges. *Third World Quarterly*, 795-814. doi:10.1080/713701075
- Welham, B., Hedger, E., & Krause, P. (2015). Linkages between public sector revenues and expenditures in developing countries. (O. D. Institute, Ed.)
- World Bank. (1992). *Governance and Development*. Washington, D.C. Obtido de [http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance\\_and\\_Development\\_1992.pdf](http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance_and_Development_1992.pdf)
- World Bank. (1994). *Development in Practice. Governance*. Obtido de <http://documents1.worldbank.org/curated/en/711471468765285964/pdf/multi0page.pdf>
- World Bank. (2019). África subsariana população dos 0 – 14 anos. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.0014.TO.ZS?locations=ZG>
- World Bank. (2019). Crescimento anual do PIB (%). Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AO>
- World Bank. (2019). Gastos em Educação na África Subsariana em percentagem da despesa pública. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AO>
- World Bank. (2019). PIB em US\$ na Sub-Saharan Africa. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZG>

- World Bank. (2019). População Total de Angola (1960 – 2018). Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=AO>
- World Bank. (2019). Taxa de crescimento populacional de Angola. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.GROW?locations=AO>
- World Bank. (2019). Taxa de Fecundidade em Angola. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.TFRT.IN?locations=AO>
- World Bank. (2019). Taxa de mortalidade Infantil. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.IMRT.IN?locations=AO>
- World Bank. (2019). Taxa de pobreza em Angola. Linha de pobreza nacional. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.NAHC>
- World Bank. (2019). Worldwide Governance Indicators. Obtido de <https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>
- World Bank. (s.d.). Taxa de Pobreza em Angola. Linha de pobreza internacional. Obtido de [https://databank.worldbank.org/data/download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global\\_POVEQ\\_AGO.pdf](https://databank.worldbank.org/data/download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global_POVEQ_AGO.pdf)
- World Inequality Database. (2018). Income inequality, Angola. Obtido de <https://wid.world/country/angola/>
- Zgheib, P. W., Ahmed, Z. U., Beldona, S., & Gebara, V. (2006). The impact of population growth on Human Development Index: a. *World Review of Science, Technology and Sustainable Development*, 3(3), 258-269. doi:10.1504/WRSTSD.2006.010226

## Anexos

### Anexo. 1 – Orçamento Geral do Estado, despesa orçamentada por função de 2003 a 2018

Funções da despesa Pública	2003	2004	2005	2006
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 462 846 396,54	\$ 598 366 032,15	\$ 868 648 206,23	\$ 1 304 069 166,44
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 230 272 451,70	\$ 324 630 508,10	\$ 305 314 056,40	\$ 785 328 903,20
02. Defesa	\$ 107 627 945,33	\$ 155 677 176,36	\$ 256 969 519,74	\$ 332 948 051,19
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 101 371 147,07	\$ 163 700 826,03	\$ 184 707 952,13	\$ 264 078 947,68
04. Assuntos Económicos	\$ 151 918 920,49	\$ 84 928 479,44	\$ 246 868 164,07	\$ 737 286 204,48
05. Proteção Ambiental	\$ 4 102 054,71	\$ 11 347 494,42	\$ 28 990 962,52	\$ 35 146 363,07
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 17 473 155,56	\$ 31 843 379,55	\$ 44 248 132,90	\$ 273 531 551,73
07. Saúde	\$ 58 254 629,82	\$ 81 463 376,11	\$ 112 958 916,15	\$ 180 575 830,54
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 16 409 730,89	\$ 19 362 627,84	\$ 35 798 711,84	\$ 63 465 227,65
09. Educação	\$ 83 202 497,31	\$ 140 758 478,72	\$ 160 210 557,62	\$ 200 908 996,84
10. Proteção Social	\$ 74 976 230,23	\$ 43 248 107,01	\$ 304 141 730,25	\$ 391 751 251,96
OGE Total	\$ 1 308 455 159,65	\$ 1 655 326 485,73	\$ 2 548 856 909,84	\$ 4 569 090 494,79

#### DESPESA PÚBLICA EM % DO OGE

Funções da despesa Pública	2003	2004	2005	2006
01. Serviços Públicos Gerais	35,37%	36,15%	34,08%	28,54%
(01.) Serviços da Dívida Pública	17,60%	19,61%	11,98%	17,19%
02. Defesa	8,23%	9,40%	10,08%	7,29%
03. Ordem Pública e Segurança	7,75%	9,89%	7,25%	5,78%
04. Assuntos Económicos	11,61%	5,13%	9,69%	16,14%
05. Proteção Ambiental	0,31%	0,69%	1,14%	0,77%
06. Habitação e Serviços Comunitários	1,34%	1,92%	1,74%	5,99%
07. Saúde	4,45%	4,92%	4,43%	3,95%
08. Cultura, Recreação e Religião	1,25%	1,17%	1,40%	1,39%
09. Educação	6,36%	8,50%	6,29%	4,40%
10. Proteção Social	5,73%	2,61%	11,93%	8,57%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Funções da despesa Pública	2007	2008	2009	2010
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 948 338 038,18	\$ 1 349 322 566,79	\$ 1 335 667 543,79	\$ 3 351 322 726,65
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 390 835 793,20	\$ 556 842 112,50	\$ 525 079 993,90	\$ 1 841 269 137,00
02. Defesa	\$ 352 831 725,28	\$ 482 457 898,49	\$ 557 643 557,68	\$ 643 689 679,55
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 345 061 940,35	\$ 467 232 485,81	\$ 459 527 687,93	\$ 492 497 574,06
04. Assuntos Económicos	\$ 1 187 766 400,26	\$ 1 456 044 623,43	\$ 1 169 142 435,94	\$ 1 113 610 290,94
05. Proteção Ambiental	\$ 34 309 479,72	\$ 39 675 176,80	\$ 50 345 475,91	\$ 59 849 502,22
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 275 166 615,86	\$ 164 031 273,15	\$ 199 222 875,24	\$ 194 282 161,97
07. Saúde	\$ 267 167 768,86	\$ 265 047 731,97	\$ 307 826 566,87	\$ 268 119 763,89
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 122 818 326,50	\$ 214 383 751,23	\$ 140 069 445,84	\$ 91 864 818,63
09. Educação	\$ 384 586 460,91	\$ 387 354 779,18	\$ 469 149 736,77	\$ 497 668 927,05
10. Proteção Social	\$ 638 551 319,88	\$ 488 987 612,65	\$ 553 970 458,81	\$ 1 206 532 357,98
OGE Total	\$ 4 947 433 869,01	\$ 5 871 380 011,99	\$ 5 767 645 778,68	\$ 9 760 706 939,94

#### DESPESA EM % DO OGE

Funções da despesa Pública	2007	2008	2009	2010
01. Serviços Públicos Gerais	19,17%	22,98%	23,16%	34,33%
(01.) Serviços da Dívida Pública	7,90%	9,48%	9,10%	18,86%
02. Defesa	7,13%	8,22%	9,67%	6,59%
03. Ordem Pública e Segurança	6,97%	7,96%	7,97%	5,05%
04. Assuntos Económicos	24,01%	24,80%	20,27%	11,41%
05. Proteção Ambiental	0,69%	0,68%	0,87%	0,61%
06. Habitação e Serviços Comunitários	5,56%	2,79%	3,45%	1,99%
07. Saúde	5,40%	4,51%	5,34%	2,75%
08. Cultura, Recreação e Religião	2,48%	3,65%	2,43%	0,94%
09. Educação	7,77%	6,60%	8,13%	5,10%
10. Proteção Social	12,91%	8,33%	9,60%	12,36%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

Funções da despesa Pública	2011	2012	2013	2014
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 3 027 709 753,04	\$ 3 143 386 431,18	\$ 3 995 307 809,03	\$ 4 580 576 672,64
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 1 527 415 187,00	\$ 1 678 483 081,00	\$ 1 373 345 254,00	\$ 1 921 881 241,00
02. Defesa	\$ 792 385 163,56	\$ 882 764 281,13	\$ 1 246 354 451,83	\$ 1 375 588 549,50
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 563 130 599,24	\$ 787 563 966,27	\$ 847 793 491,55	\$ 1 039 234 060,50
04. Assuntos Económicos	\$ 1 106 604 602,59	\$ 1 082 603 191,43	\$ 2 859 732 107,32	\$ 2 835 593 214,16
05. Proteção Ambiental	\$ 69 284 761,18	\$ 110 168 942,44	\$ 117 252 749,38	\$ 83 800 456,18
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 253 082 760,96	\$ 326 316 347,66	\$ 475 569 726,91	\$ 1 143 375 143,18
07. Saúde	\$ 368 832 159,30	\$ 426 983 057,08	\$ 697 738 729,77	\$ 638 696 300,85
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 111 381 800,88	\$ 134 666 050,61	\$ 208 487 568,00	\$ 163 366 581,94
09. Educação	\$ 651 082 407,68	\$ 724 434 903,31	\$ 1 122 819 269,62	\$ 917 942 339,61
10. Proteção Social	\$ 1 817 384 182,35	\$ 1 383 325 409,90	\$ 1 700 078 477,54	\$ 1 738 595 801,34
OGE Total	\$ 10 288 293 377,78	\$ 10 680 695 662,00	\$ 14 644 479 634,95	\$ 16 438 650 360,89

DESPESA EM % DO OGE

Funções da despesa Pública	2011	2012	2013	2014
01. Serviços Públicos Gerais	29,43%	29,43%	27,28%	27,86%
(01.) Serviços da Dívida Pública	14,85%	15,72%	9,38%	11,69%
02. Defesa	7,70%	8,27%	8,51%	8,37%
03. Ordem Pública e Segurança	5,47%	7,37%	5,79%	6,32%
04. Assuntos Económicos	10,76%	10,14%	19,53%	17,25%
05. Proteção Ambiental	0,67%	1,03%	0,80%	0,51%
06. Habitação e Serviços Comunitários	2,46%	3,06%	3,25%	6,96%
07. Saúde	3,58%	4,00%	4,76%	3,89%
08. Cultura, Recreação e Religião	1,08%	1,26%	1,42%	0,99%
09. Educação	6,33%	6,78%	7,67%	5,58%
10. Proteção Social	17,66%	12,95%	11,61%	10,58%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Funções da despesa Pública	2015	2016	2017	2018
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 4 183 074 960,33	\$ 6 626 520 365,22	\$ 1 701 553 819,73	\$ 1 931 721 990,66
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 2 601 134 778,00	\$ 3 319 814 225,00	\$ 5 237 885 676,00	\$ 10 281 372 704,40
02. Defesa	\$ 1 605 146 265,04	\$ 1 122 046 446,10	\$ 1 332 825 605,56	\$ 1 341 825 293,38
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 338 683 163,34	\$ 974 814 553,04	\$ 1 069 999 633,89	\$ 1 023 245 879,96
04. Assuntos Económicos	\$ 1 149 348 650,12	\$ 1 580 538 679,67	\$ 2 116 426 749,98	\$ 1 611 764 075,69
05. Proteção Ambiental	\$ 62 203 439,95	\$ 12 540 758,12	\$ 81 675 176,10	\$ 11 695 382,38
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 633 671 404,50	\$ 813 845 213,83	\$ 682 074 536,08	\$ 741 481 990,81
07. Saúde	\$ 538 297 179,66	\$ 607 140 771,68	\$ 531 760 622,74	\$ 566 995 451,76
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 95 004 323,64	\$ 47 758 432,31	\$ 99 568 645,77	\$ 70 834 310,16
09. Educação	\$ 953 016 267,16	\$ 949 134 901,20	\$ 941 259 928,80	\$ 912 949 815,97
10. Proteção Social	\$ 1 349 600 076,44	\$ 1 185 117 581,91	\$ 985 063 533,20	\$ 877 214 726,39
OGE Total	\$ 13 509 180 508,17	\$ 17 239 271 928,08	\$ 14 780 093 927,85	\$ 19 371 101 621,57

DESPESA EM % DO OGE

Funções da despesa Pública	2015	2016	2017	2018
01. Serviços Públicos Gerais	30,96%	38,44%	11,51%	9,97%
(01.) Serviços da Dívida Pública	19,25%	19,26%	35,44%	53,08%
02. Defesa	11,88%	6,51%	9,02%	6,93%
03. Ordem Pública e Segurança	2,51%	5,65%	7,24%	5,28%
04. Assuntos Económicos	8,51%	9,17%	14,32%	8,32%
05. Proteção Ambiental	0,46%	0,07%	0,55%	0,06%
06. Habitação e Serviços Comunitários	4,69%	4,72%	4,61%	3,83%
07. Saúde	3,98%	3,52%	3,60%	2,93%
08. Cultura, Recreação e Religião	0,70%	0,28%	0,67%	0,37%
09. Educação	7,05%	5,51%	6,37%	4,71%
10. Proteção Social	9,99%	6,87%	6,66%	4,53%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 2 – Orçamento Geral do Estado, despesa (United Nations Development Programme (UNDP), 2019) executada por função de 2003 a 2018**

Funções da despesa Pública	2003	2004	2005	2006
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 821 959 798,202	\$ 440 153 682,359	\$ 671 698 790,699	\$ 998 961 970,550
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 215 207 155,214	\$ 279 738 402,089	\$ 267 003 340,555	\$ 618 991 268,124
02. Defesa	\$ 77 559 457,196	\$ 122 261 867,041	\$ 181 921 479,377	\$ 249 856 161,760
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 113 715 766,028	\$ 53 198 610,927	\$ 160 247 318,902	\$ 432 743 658,992
04. Assuntos Económicos	\$ 2 518 784,499	\$ 7 577 330,029	\$ 19 777 267,558	\$ 19 982 773,455
05. Proteção Ambiental	\$ 9 302 858,231	\$ 13 535 324,260	\$ 32 882 147,918	\$ 132 136 570,903
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 43 617 410,970	\$ 50 779 961,079	\$ 76 467 229,576	\$ 139 143 770,726
07. Saúde	\$ 13 213 397,728	\$ 16 546 961,585	\$ 30 556 069,892	\$ 53 760 077,965
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 70 314 748,018	\$ 76 517 368,761	\$ 111 123 643,550	\$ 171 047 114,534
09. Educação	\$ 33 020 623,921	\$ 34 105 247,023	\$ 246 494 995,040	\$ 351 692 130,380
10. Proteção Social	\$ 99 975 555,199	\$ 136 595 847,601	\$ 237 953 157,918	\$ 316 700 783,178
<b>OGE Total</b>	<b>\$ 1 500 405 555,21</b>	<b>\$ 1 231 010 602,75</b>	<b>\$ 2 036 125 440,98</b>	<b>\$ 3 485 016 280,57</b>
<b>DESPESA PÚBLICA EM % DO OGE</b>				
Funções da despesa Pública	2003	2004	2005	2006
01. Serviços Públicos Gerais	54,78%	35,76%	32,99%	28,66%
(01.) Serviços da Dívida Pública	14,34%	22,72%	13,11%	17,76%
02. Defesa	5,17%	9,93%	8,93%	7,17%
03. Ordem Pública e Segurança	7,58%	4,32%	7,87%	12,42%
04. Assuntos Económicos	0,17%	0,62%	0,97%	0,57%
05. Proteção Ambiental	0,62%	1,10%	1,61%	3,79%
06. Habitação e Serviços Comunitários	2,91%	4,13%	3,76%	3,99%
07. Saúde	0,88%	1,34%	1,50%	1,54%
08. Cultura, Recreação e Religião	4,69%	6,22%	5,46%	4,91%
09. Educação	2,20%	2,77%	12,11%	10,09%
10. Proteção Social	6,66%	11,10%	11,69%	9,09%
<b>OGE Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Funções da despesa Pública	2007	2008	2009	2010
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 805 668 540,167	\$ 1 284 578 631,968	\$ 1 061 682 469,371	\$ 2 108 220 542,131
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 349 945 447,005	\$ 556 381 833,100	\$ 440 954 971,505	\$ 1 247 391 128,988
02. Defesa	\$ 323 101 727,834	\$ 456 624 792,451	\$ 443 817 030,162	\$ 479 572 567,033
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 759 216 564,496	\$ 1 417 243 008,305	\$ 724 305 348,445	\$ 984 005 834,088
04. Assuntos Económicos	\$ 25 729 923,800	\$ 38 556 144,462	\$ 42 950 771,255	\$ 55 036 945,052
05. Proteção Ambiental	\$ 161 190 810,088	\$ 150 437 862,418	\$ 75 059 990,629	\$ 153 366 760,269
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 183 860 800,823	\$ 241 682 512,373	\$ 200 242 007,054	\$ 234 185 781,155
07. Saúde	\$ 79 871 256,420	\$ 210 290 185,721	\$ 122 403 576,216	\$ 84 988 331,638
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 292 048 753,024	\$ 357 472 087,565	\$ 357 625 028,908	\$ 438 744 723,051
09. Educação	\$ 556 448 727,316	\$ 473 308 410,121	\$ 487 276 406,160	\$ 1 195 138 416,774
10. Proteção Social	\$ 310 078 359,593	\$ 474 638 439,234	\$ 525 341 378,448	\$ 625 486 967,756
<b>OGE Total</b>	<b>\$ 3 847 160 910,57</b>	<b>\$ 5 661 213 907,72</b>	<b>\$ 4 481 658 978,15</b>	<b>\$ 7 606 137 997,94</b>
<b>DESPESA PÚBLICA EM % DO OGE</b>				
Funções da despesa Pública	2007	2008	2009	2010
01. Serviços Públicos Gerais	20,94%	22,69%	23,69%	27,72%
(01.) Serviços da Dívida Pública	9,10%	9,83%	9,84%	16,40%
02. Defesa	8,40%	8,07%	9,90%	6,31%
03. Ordem Pública e Segurança	19,73%	25,03%	16,16%	12,94%
04. Assuntos Económicos	0,67%	0,68%	0,96%	0,72%
05. Proteção Ambiental	4,19%	2,66%	1,67%	2,02%
06. Habitação e Serviços Comunitários	4,78%	4,27%	4,47%	3,08%
07. Saúde	2,08%	3,71%	2,73%	1,12%
08. Cultura, Recreação e Religião	7,59%	6,31%	7,98%	5,77%
09. Educação	14,46%	8,36%	10,87%	15,71%
10. Proteção Social	8,06%	8,38%	11,72%	8,22%
<b>OGE Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

Funções da despesa Pública	2011	2012	2013	2014
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 2 969 333 780,871	\$ 3 141 583 582,644	\$ 3 825 045 230,473	\$ 4 307 886 735,168
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 1 527 415 186,790	\$ 1 678 483 081,128	\$ 1 333 161 288,072	\$ 1 812 277 156,884
02. Defesa	\$ 558 340 564,671	\$ 787 473 518,733	\$ 747 835 871,858	\$ 1 021 502 040,582
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 1 086 138 209,322	\$ 1 081 947 207,229	\$ 2 479 982 882,943	\$ 2 752 680 474,853
04. Assuntos Económicos	\$ 65 110 544,252	\$ 110 163 175,829	\$ 98 204 660,745	\$ 74 141 714,127
05. Proteção Ambiental	\$ 242 707 157,747	\$ 326 263 899,070	\$ 383 287 236,935	\$ 1 103 769 614,273
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 353 398 209,887	\$ 426 196 006,696	\$ 635 013 194,971	\$ 552 369 684,078
07. Saúde	\$ 108 167 506,485	\$ 134 597 554,722	\$ 177 435 862,349	\$ 147 345 846,827
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 636 804 595,712	\$ 723 587 637,080	\$ 992 939 011,886	\$ 810 205 870,503
09. Educação	\$ 1 812 089 709,965	\$ 1 383 276 043,493	\$ 1 673 481 660,216	\$ 1 717 644 406,492
10. Proteção Social	\$ 789 320 960,833	\$ 882 745 265,917	\$ 1 226 241 134,850	\$ 1 344 638 604,693
OGE Total	\$ 10 148 826 426,53	\$ 10 676 316 972,54	\$ 13 572 628 035,30	\$ 15 644 462 148,48
DESPESA PÚBLICA EM % DO OGE				
Funções da despesa Pública	2011	2012	2013	2014
01. Serviços Públicos Gerais	29,26%	29,43%	28,18%	27,54%
(01.) Serviços da Dívida Pública	15,05%	15,72%	9,82%	11,58%
02. Defesa	5,50%	7,38%	5,51%	6,53%
03. Ordem Pública e Segurança	10,70%	10,13%	18,27%	17,60%
04. Assuntos Económicos	0,64%	1,03%	0,72%	0,47%
05. Proteção Ambiental	2,39%	3,06%	2,82%	7,06%
06. Habitação e Serviços Comunitários	3,48%	3,99%	4,68%	3,53%
07. Saúde	1,07%	1,26%	1,31%	0,94%
08. Cultura, Recreação e Religião	6,27%	6,78%	7,32%	5,18%
09. Educação	17,86%	12,96%	12,33%	10,98%
10. Proteção Social	7,78%	8,27%	9,03%	8,59%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Funções da despesa Pública	2015	2016	2017	2018
01. Serviços Públicos Gerais	\$ 3 184 710 135,807	\$ 5 412 329 185,004	\$ 1 457 935 422,463	\$ 1 584 392 874,867
(01.) Serviços da Dívida Pública	\$ 2 152 259 346,126	\$ 2 838 237 024,629	\$ 5 190 412 125,101	\$ 9 831 850 482,453
02. Defesa	\$ 318 464 821,580	\$ 935 484 359,971	\$ 1 008 499 037,037	\$ 1 001 640 560,449
03. Ordem Pública e Segurança	\$ 933 515 545,062	\$ 1 210 825 465,201	\$ 1 903 680 910,084	\$ 1 506 284 931,766
04. Assuntos Económicos	\$ 42 683 414,279	\$ 3 812 940,981	\$ 52 837 758,348	\$ 9 138 972,421
05. Proteção Ambiental	\$ 349 036 082,230	\$ 242 646 981,884	\$ 597 876 792,256	\$ 646 736 884,128
06. Habitação e Serviços Comunitários	\$ 386 397 010,034	\$ 394 311 613,426	\$ 421 154 730,950	\$ 511 260 744,989
07. Saúde	\$ 68 339 966,069	\$ 35 782 552,804	\$ 73 460 222,656	\$ 64 658 788,199
08. Cultura, Recreação e Religião	\$ 840 698 157,609	\$ 764 325 486,358	\$ 821 592 633,662	\$ 851 689 599,981
09. Educação	\$ 1 087 975 311,605	\$ 743 771 303,425	\$ 847 883 321,564	\$ 864 610 556,416
10. Proteção Social	\$ 1 577 926 921,211	\$ 1 015 691 459,302	\$ 1 233 612 302,526	\$ 1 322 926 014,221
OGE Total	\$ 10 942 006 711,61	\$ 13 597 218 372,98	\$ 13 608 945 256,65	\$ 18 195 190 409,89
DESPESA PÚBLICA EM % DO OGE				
Funções da despesa Pública	2015	2016	2017	2018
01. Serviços Públicos Gerais	29,11%	39,80%	10,71%	8,71%
(01.) Serviços da Dívida Pública	19,67%	20,87%	38,14%	54,04%
02. Defesa	2,91%	6,88%	7,41%	5,50%
03. Ordem Pública e Segurança	8,53%	8,90%	13,99%	8,28%
04. Assuntos Económicos	0,39%	0,03%	0,39%	0,05%
05. Proteção Ambiental	3,19%	1,78%	4,39%	3,55%
06. Habitação e Serviços Comunitários	3,53%	2,90%	3,09%	2,81%
07. Saúde	0,62%	0,26%	0,54%	0,36%
08. Cultura, Recreação e Religião	7,68%	5,62%	6,04%	4,68%
09. Educação	9,94%	5,47%	6,23%	4,75%
10. Proteção Social	14,42%	7,47%	9,06%	7,27%
OGE Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

### Anexo. 3 – Análise descritiva do Orçamento Geral do Estado

Descriptives	01. Serviços Públicos Gerais	(01.) Serviços da Dívida Pública	02. Defesa	03. Ordem Pública e Segurança
Mean	1.90E+09	2.13E+09	7.57E+08	5.45E+08
Median	1.29E+09	1.52E+09	7.07E+08	4.68E+08
Maximum	9.83E+09	5.41E+09	1.58E+09	1.02E+09
Minimum	2.15E+08	4.40E+08	99975555	77559457
Std. Dev.	2.47E+09	1.50E+09	4.83E+08	3.31E+08
Skewness	2.327513	0.764528	0.176517	0.211350
Kurtosis	7.838007	2.444027	1.663549	1.659430
Jarque-Bera	30.05038	1.764747	1.273822	1.317201
Probability	0.000000	0.413800	0.528924	0.517575
Sum	3.03E+10	3.41E+10	1.21E+10	8.71E+09
Sum Sq. Dev.	9.17E+19	3.36E+19	3.50E+18	1.64E+18
Observations	16	16	16	16

Descriptives	04. Assuntos Económicos	05. Proteção Ambiental	06. Habitação e Serviços Comunitários	07. Saúde
Mean	1.10E+09	41763945	2.89E+08	3.03E+08
Median	1.03E+09	40619779	2.02E+08	2.98E+08
Maximum	2.75E+09	1.10E+08	1.10E+09	6.35E+08
Minimum	53198611	2518784.	9302858.	43617411
Std. Dev.	7.86E+08	32860551	2.89E+08	1.83E+08
Skewness	0.629261	0.650553	1.539329	0.145731
Kurtosis	2.745871	2.497314	4.987824	1.926770
Jarque-Bera	1.098974	1.297046	8.953056	0.824516
Probability	0.577246	0.522817	0.011373	0.662154
Sum	1.76E+10	6.68E+08	4.62E+09	4.85E+09
Sum Sq. Dev.	9.26E+18	1.62E+16	1.25E+18	5.05E+17
Observations	16	16	16	16

Descriptives	08. Cultura, Recreação e Religião	09. Educação	10. Proteção Social
Mean	88838635	5.20E+08	8.44E+08
Median	76665740	5.38E+08	7.96E+08
Maximum	2.10E+08	9.93E+08	1.81E+09
Minimum	13213398	70314748	33020624
Std. Dev.	57353465	3.19E+08	5.85E+08
Skewness	0.583957	-0.121577	0.287917
Kurtosis	2.486065	1.512098	1.899391
Jarque-Bera	1.085434	1.515318	1.028615
Probability	0.581167	0.468762	0.597914
Sum	1.42E+09	8.32E+09	1.35E+10
Sum Sq. Dev.	4.93E+16	1.53E+18	5.13E+18
Observations	16	16	16

**Fonte:** Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

#### Anexo. 4 – Capacidades fiscais dos países da África Subsariana

Perfis	Receitas	Características	Independência Fiscal	Exemplos
I	Agricultura	Fraca capacidade contributiva dos cidadãos, dada a predominância da atividade agrícola, grande parte das vezes de subsistência.	Muito Baixa	Moçambique
II	Ajudas ao desenvolvimento	Países dependentes das AD, pelo facto de possuírem poucas receitas próprias.	Baixa	Libéria
III	Comércio Internacional	Países exportadores de matérias primas, que estão fortemente sujeitos a choques económicos daí existir a necessidade por transferências redistributivas.	Moderada/Elevada	Angola
IV	PIB elevado	Países com uma elevada capacidade de taxaço dos contribuintes.	Variável	

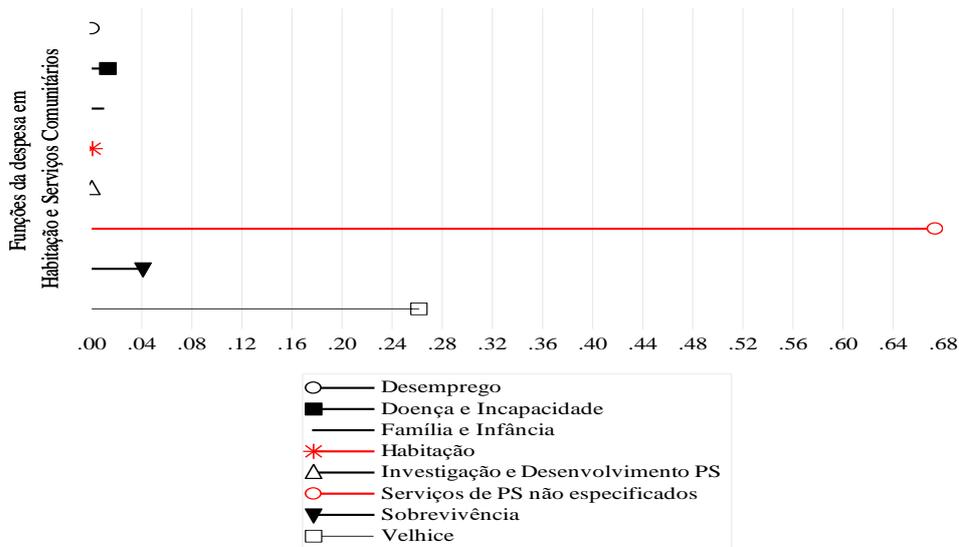
**Fonte:** Adaptado de Amin (1972).

#### Anexo. 5 – Despesa pública por funções na África Subsariana e no Mundo em percentagem dos gastos do governo

Despesa Pública	África Subsariana	Mundo	Ano
Saúde	5,11%	8,62%	2000
	5,40%	9,29%	2005
	5,22%	9,52%	2010
	5,17%	9,83%	2015
	5,17%	9,89%	2017
Militar	7,77%	2,16%	2000
	6,51%	6,93%	2005
	4,95%	6,62%	2010
	6,49%	6,50%	2015
	4,56%	6,07%	2018
Educação	15,60%	13,37%	2000
	18,03%	14,12%	2005
	17,06%	14,32%	2010
	17,22%	14,34%	2015
	15,88%	14,64%	2016
	17,79%		2018

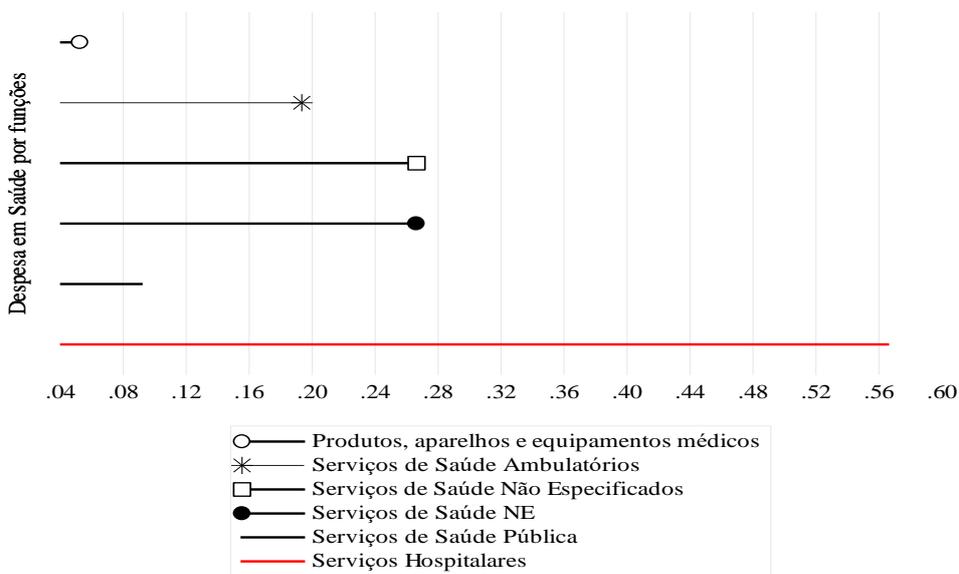
**Fonte:** Adaptado de World Bank (2019).

**Anexo. 6 – Despesa em Proteção Social (Orçamento Geral do Estado, 2003–2018)**



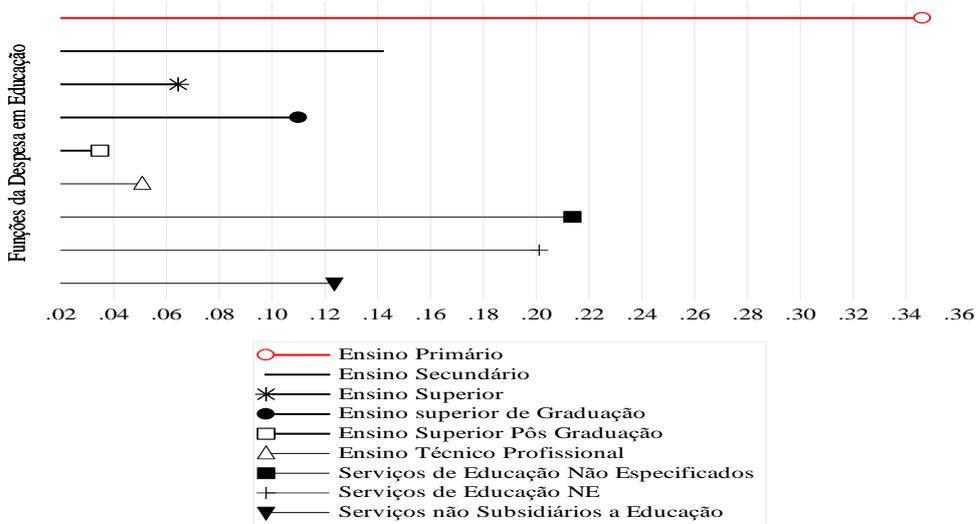
**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 7 – Despesa em Saúde (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018)**



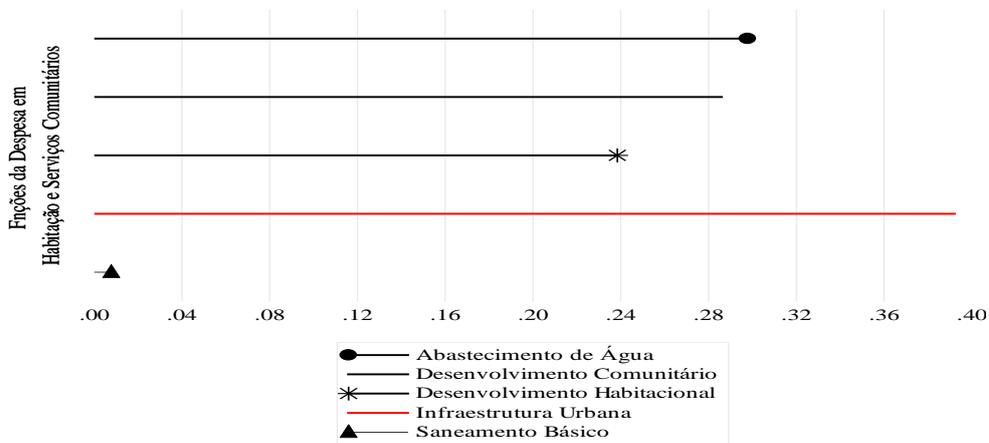
**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 8 – Despesa em Educação (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018)**



**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 9 – Despesa em Habitação e Serviços Comunitários (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018)**



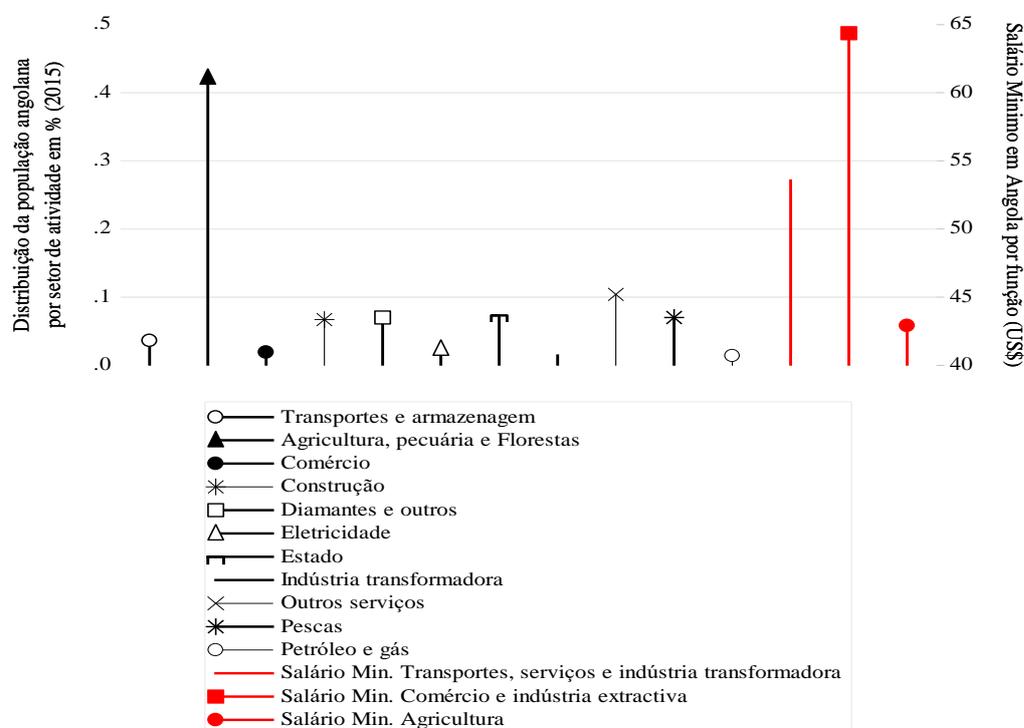
**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 10** – Despesa do Orçamento Geral do Estado executada por função de despesa, em percentagem, por períodos – valor médio em cada período

Funções da Despesa Pública	Período I	Período II	Período III
	2003 - 2008	2009 - 2013	2014 - 2018
01. Serviços Públicos Gerais	32,64%	27,65%	23,17%
(01.) Serviços da Dívida Pública	14,48%	13,37%	28,86%
02. Defesa	9,16%	9,01%	9,36%
03. Ordem Pública e Segurança	7,94%	6,92%	5,85%
04. Assuntos Económicos	12,83%	13,64%	11,46%
05. Proteção Ambiental	0,61%	0,82%	0,27%
06. Habitação e Serviços Comunitários	2,33%	2,39%	4,00%
07. Saúde	3,97%	3,94%	3,17%
08. Cultura, Recreação e Religião	1,84%	1,50%	0,54%
09. Educação	5,86%	6,82%	5,84%
10. Proteção Social	8,33%	13,95%	7,47%
OGE Total em US\$	\$ 2 960 155 449,63	\$ 10 355 005 093,16	\$ 13 454 017 992,96

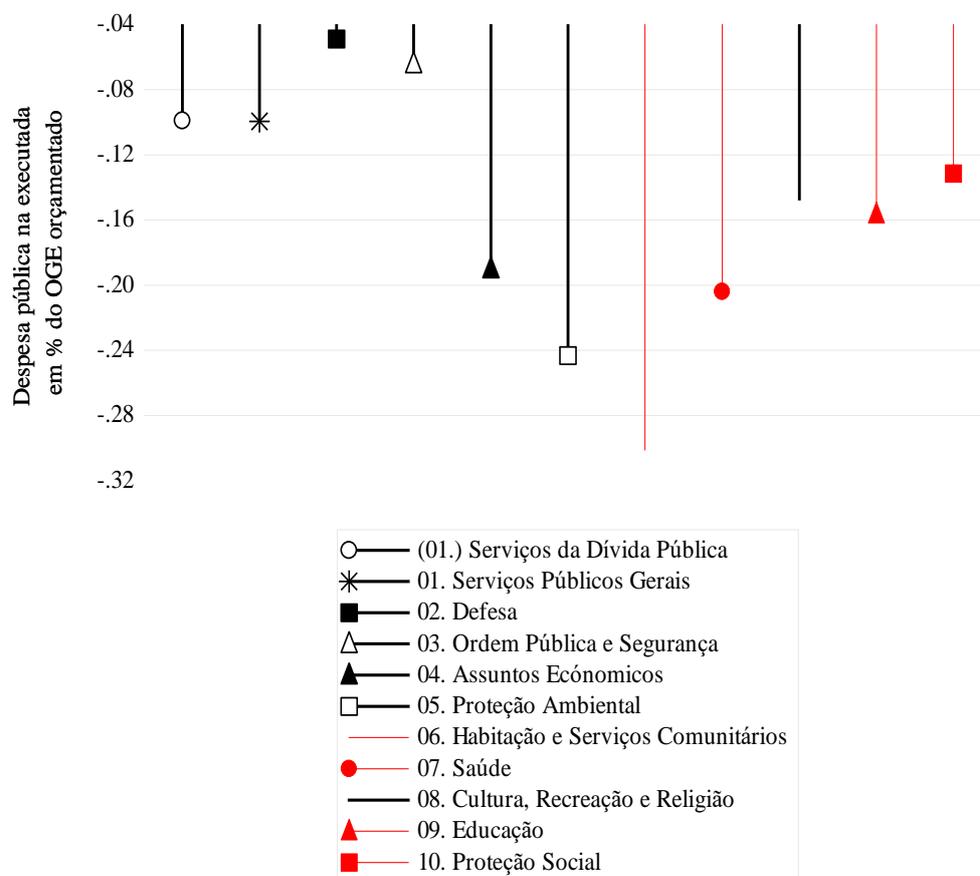
**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 11** – Estrutura do emprego em Angola – Salário mínimo nacional e tipologia das profissões



**Fonte:** Adaptado de CEIC Relatório Económico de Angola (2015) e Decreto Presidencial 19/89 de 21 de março de 2019.

**Anexo. 12** – Média da despesa pública não executada por função da despesa (Orçamento Geral do Estado, 2003-2018)



**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019).

**Anexo. 13** – Tabela descritiva: Variáveis do Modelo (2003-2018)

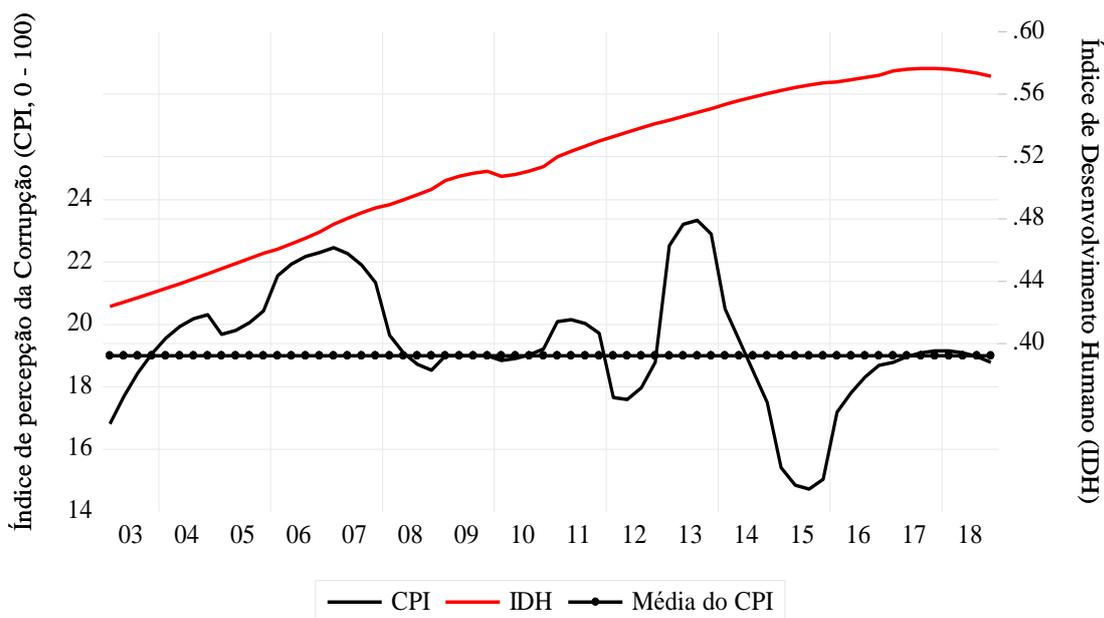
	<i>CPI</i>	<i>C<sub>pop</sub></i>	<i>idh</i>	<i>OGE<sub>per</sub></i>	<i>PIB<sub>per</sub></i>
Mean	19.37500	3.523750	0.514500	328.3294	3533.908
Median	19.09375	3.542344	0.516719	371.5431	3835.375
Maximum	23.34375	3.712500	0.576500	673.4987	5560.384
Minimum	14.71875	3.251250	0.423719	62.49188	960.6004
Std. Dev.	1.904350	0.140229	0.048649	174.7750	1311.176
Skewness	-0.107227	-0.290591	-0.329396	-0.022533	-0.473427
Kurtosis	3.388319	1.817112	1.810737	1.744027	2.350576
Jarque-Bera	0.524751	4.631990	4.928940	4.211996	3.515420
Probability	0.769222	0.098668	0.085054	0.121724	0.172439
Sum	1240.000	225.5200	32.92800	21013.08	226170.1
Sum Sq. Dev.	228.4727	1.238844	0.149106	1924417.	1.08E+08
Observations	64	64	64	64	64

**Anexo. 14** – Correlações entre as variáveis que compõem o Modelo

<i>CPI</i>		<i>C<sub>pop</sub></i>		<i>idh</i>	
Variável	Grau	Variável	Grau	Variável	Grau
<i>CPI</i>	1	<i>C<sub>pop</sub></i>	1	<i>idh</i>	1
<i>C<sub>pop</sub></i>	0.36	<i>CPI</i>	0.36	<i>OGE<sub>per</sub></i>	0.92
<i>idh</i>	-0.29	<i>idh</i>	-0.33	<i>PIB<sub>per</sub></i>	0.79
<i>OGE<sub>per</sub></i>	-0.14	<i>OGE<sub>per</sub></i>	-0.32	<i>C<sub>pop</sub></i>	-0.33
<i>PIB<sub>per</sub></i>	-0.04	<i>PIB<sub>per</sub></i>	0.15	<i>CPI</i>	-0.29

<i>OGE<sub>per</sub></i>		<i>PIB<sub>per</sub></i>	
Variável	Grau	Variável	Grau
<i>OGE<sub>per</sub></i>	1	<i>PIB<sub>per</sub></i>	1
<i>idh</i>	0.92	<i>OGE<sub>per</sub></i>	0.83
<i>PIB<sub>per</sub></i>	0.83	<i>idh</i>	0.79
<i>C<sub>pop</sub></i>	-0.32	<i>C<sub>pop</sub></i>	0.15
<i>CPI</i>	-0.14	<i>CPI</i>	-0.042

**Anexo. 15** – Índice de percepção da corrupção em Angola (2003-2018)



**Fonte:** Adaptado de Transparency International (2019)

## Anexo. 16 – Análise Unit root

Variáveis	Teste	Constante		Constante e Tendência Linear	
		Nível	1ª Diferença	Nível	1ª Diferença
CPI	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-2.635832***	-3.989750***	-3.079584***	-4.468546***
	Augmented Dickey-Fuller	-3.366630**	-4.599634***	-3.737563**	-4.567798***
	Phillips-Perron	-2.761271*	-4.736706***	-3.052175	-4.712811***
C <sub>pop</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-3.117849***	0.036478	-3.008656***	-0.989859
	Augmented Dickey-Fuller	-2.277438	-1.296870	-3.510004**	-0.757811
	Phillips-Perron	-0.513627	-1.294434	-3.130426	-0.828484
LOGC <sub>pop</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-3.110471***	0.133006	-2.929383***	-1.019834
	Augmented Dickey-Fuller	-2.113716	-1.350145	-3.430197**	-0.796984
	Phillips-Perron	-0.472529	-1.351888	-3.330961*	-0.819819
OGE <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	0.125657	-4.062898***	-2.997086***	-4.307438
	Augmented Dickey-Fuller	-0.620536	-4.364756***	-2.977208	-4.362724***
	Phillips-Perron	-0.379384	-4.313165***	-2.388505	-4.321389***
PIB <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-1.090214	-3.542208***	-1.069886	-4.011429***
	Augmented Dickey-Fuller	-2.081534	-3.543346***	-0.827111	-4.134983***
	Phillips-Perron	-1.942051	-3.598242***	-0.371680	-4.139144***
idh	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-0.273620	-2.682250***	-0.204379	-3.793386***
	Augmented Dickey-Fuller	-2.570393	-2.640551**	1.197766	-3.866636**
	Phillips-Perron	-3.372615***	-2.523230	1.971088	-3.822886**

Nota: \*p-valor < 0,1, \*\*p-valor < 0,05, e \*\*\*p-valor < 0,01, denotam a rejeição da existência de unit root, a um nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

## Anexo. 17 – Denominação das variáveis do Modelo em primeira diferença

Variáveis do Modelo em 1ª Diferença	Descrição
<i>idh</i> <sub>1</sub>	Índice de Desenvolvimento Humano (0 - 1) - 1ª Diferença
OGE <sub>per</sub> 1	Orçamento Geral do Estado per capita (US\$) - 1ª Diferença
PIB <sub>per</sub> 1	Produto Interno Bruto per capita (US\$) - 1ª Diferença
LnC <sub>pop</sub>	Taxa de crescimento do Crescimento populacional (%)

## Anexo. 18 – Modelo estimado

Dependent Variable: IDH1				
Method: Least Squares				
Sample (adjusted): 2003Q2 2018Q4				
Included observations: 63 after adjustments				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.017497	0.004485	-3.901516	0.0003
CPI	0.000250	7.94E-05	3.151547	0.0026
LNCPOP	0.012096	0.003697	3.271927	0.0018
OGE <sub>PER</sub> 1	-3.71E-05	5.08E-06	-7.306835	0.0000
PIB <sub>PER</sub> 1	2.65E-06	7.60E-07	3.493778	0.0009
R-squared	0.639349	Mean dependent var		0.002346
Adjusted R-squared	0.614477	S.D. dependent var		0.001628
S.E. of regression	0.001011	Akaike info criterion		-10.87964
Sum squared resid	5.93E-05	Schwarz criterion		-10.70955
Log likelihood	347.7086	Hannan-Quinn criter.		-10.81274
F-statistic	25.70511	Durbin-Watson stat	53	1.221484
Prob(F-statistic)	0.000000			

## Anexo. 19 – CPI e IDH

Coeficiente de Pearson			
Ano	Países de Baixo	Países de Médio	Países Elevado
2005	.716	.241	.848
2006	-.113	.221	.080
2007	-.029	.353	.260
2008	-.066	.361	.365
2009	-.047	.275	.392
2010	.497	.448	.467
2011	-.333	.423	.443

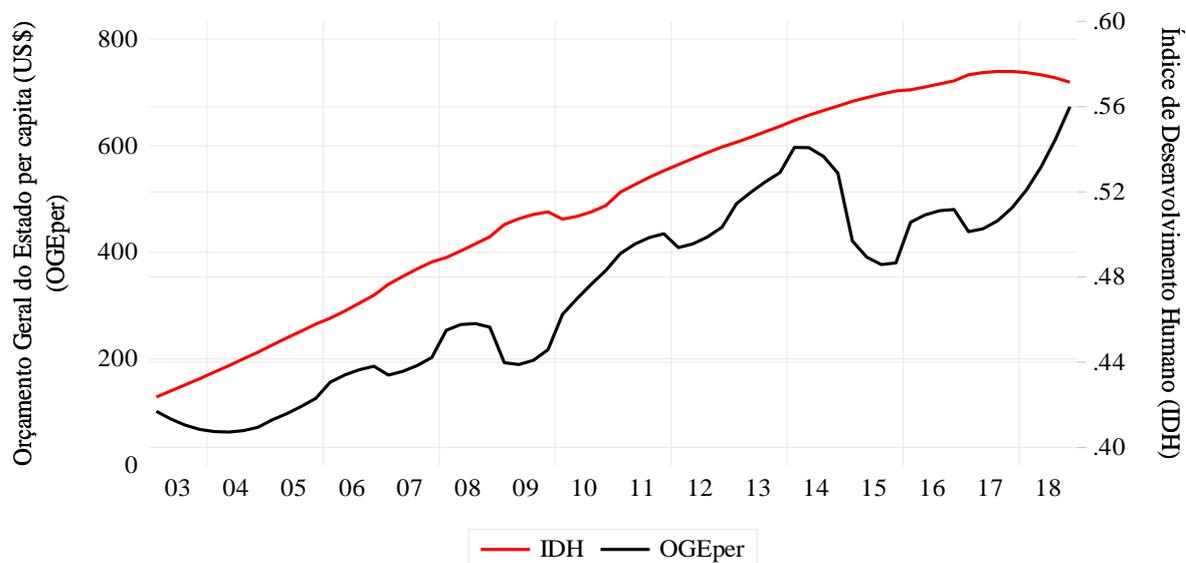
**Fonte:** Adaptado de Pradh ((2012).

## Anexo. 20 – Relação entre o IDH e o PIB per capita

Ano	Nº de países (Alto y)	Coeficiente	Critério de rendimento (de país de Alto rendimento)
1990	32	0.63	>= 7621 US\$
2000	37	0.68	>= 9266 US\$
2011	47	0.74	>= 12276 US\$
2013	50	0.77	>= 12616 US\$
Ano	Nº de países (Médio y)	Coeficiente	Critério de rendimento (de país de Médio rendimento)
1990	24	0.11	2465-7620 US\$
2000	26	0.45	2995-9265 US\$
2011	31	0.62	3975-12275 US\$
2013	33	0.50	4085-12615 US\$
Ano	Nº de países (Baixo y)	Coeficiente	Critério de rendimento (de país de baixo rendimento)
1990	84	0.79	=/< 2464 US\$
2000	77	0.80	=/< 2994 US\$
2011	62	0.87	=/< 3974 US\$
2013	57	0.87	=/< 4084 US\$

**Fonte:** Adaptado de Deb (2015).

**Anexo. 21** – Evolução do Índice de Desenvolvimento e Orçamento Geral do Estado per capita em Angola (2003-2018)

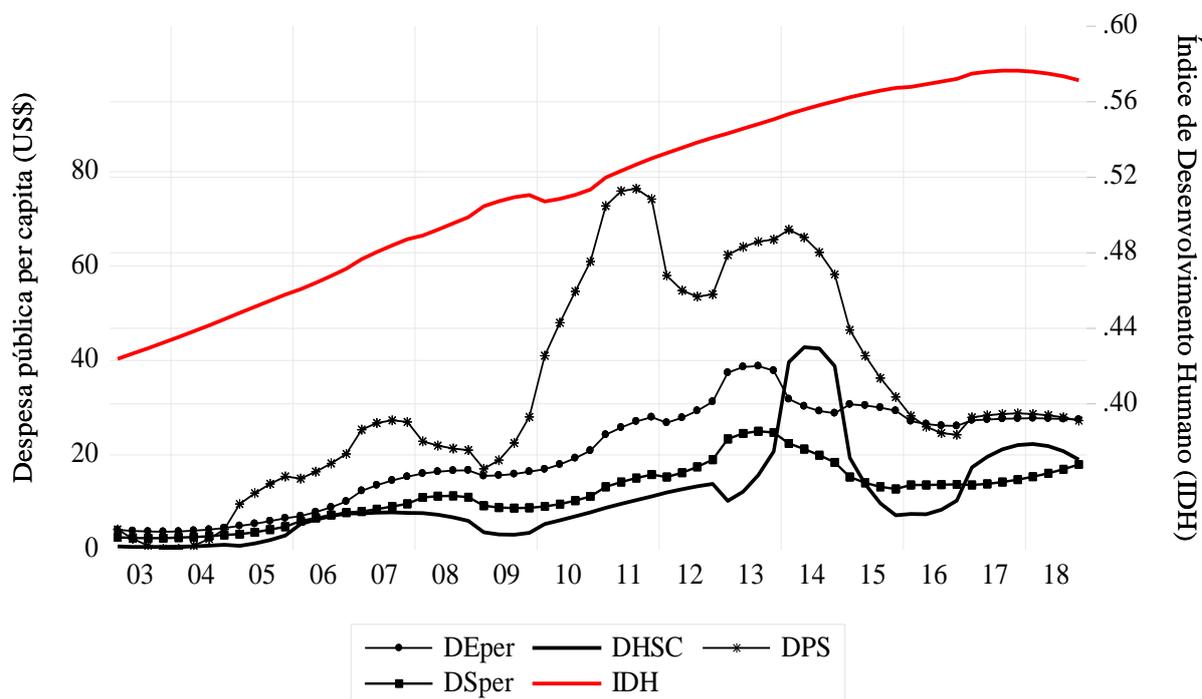


**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019)e World Bank (2019).

**Anexo. 22** – Modelo estimado (nº2)

Dependent Variable: IDH1				
Method: Least Squares				
Date: 10/13/20 Time: 11:14				
Sample (adjusted): 2003Q2 2018Q4				
Included observations: 63 after adjustments				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.017633	0.005960	-2.958517	0.0046
LNCPOP	0.011269	0.004921	2.290235	0.0259
PIBPER1	2.01E-06	9.69E-07	2.080389	0.0422
DE1	0.000444	0.000168	2.646163	0.0106
DS1	-0.000854	0.000260	-3.280762	0.0018
DPS1	-0.000109	4.45E-05	-2.460581	0.0170
DHSC	-3.46E-05	1.77E-05	-1.949684	0.0563
CPI	0.000319	0.000106	3.019783	0.0038
R-squared	0.493936	Mean dependent var		0.002346
Adjusted R-squared	0.429528	S.D. dependent var		0.001628
S.E. of regression	0.001230	Akaike info criterion		-10.44565
Sum squared resid	8.32E-05	Schwarz criterion		-10.17350
Log likelihood	337.0379	Hannan-Quinn criter.		-10.33861
F-statistic	7.668851	Durbin-Watson stat		1.224718
Prob(F-statistic)	0.000002			

**Anexo. 23** – A despesa pública em áreas sociais prioritárias e o Índice de Desenvolvimento Humano em Angola



**Fonte:** Adaptado de Ministério das Finanças de Angola (Base de dados “Despesa por função” 2019) e World Bank (2019).

**Anexo. 24** – Variáveis do Modelo 2

Variáveis	Descrição
$DE_{per}$	Despesa em Educação per capita (US\$)
$DHSC_{per}$	Despesa em Habitação e Serviços comunitários per capita (US\$)
$DPS_{per}$	Despesa em Proteção Social per capita (US\$)
$DS_{per}$	Despesa em Saúde per capita (US\$)

**Anexo. 25** – Tabelas descriptives

	$DE_{per}$	$DHSC_{per}$	$DPS_{per}$	$DS_{per}$
Mean	20.15500	10.91995	33.39482	11.84582
Median	22.56751	7.734021	27.91854	12.03373
Maximum	38.79020	42.81615	76.41633	24.98365
Minimum	3.729801	0.467927	0.121256	2.357504
Std. Dev.	10.50626	10.03406	22.04871	6.133637
Skewness	-0.197078	1.646593	0.406830	0.206640
Kurtosis	1.832017	5.663056	2.073502	2.439622
Jarque-Bera	4.052114	47.83183	4.054512	1.292863
Probability	0.131854	0.000000	0.131696	0.523912
Sum	1289.920	698.8770	2137.268	758.1328
Sum Sq. Dev.	6954.030	6342.994	30627.17	2370.155
Observations	64	64	64	64

## Anexo. 26 – Análise Unit Root

Variáveis	Teste	Constante		Constante e Tendência Linear	
		Nível	1ª Diferença	Nível	1ª Diferença
DE <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-0.526379	-4.440814***	-1.692753**	-4.593131***
	Augmented Dickey-Fuller	-1.555440	-4.565549***	-1.496325	-4.658744***
	Phillips-Perron	-1.373890	-4.513582***	-1.076328	-4.573607***
DHSC <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-2.327837**	-4.743779***	-4.451037***	-4.757803***
	Augmented Dickey-Fuller	-2.769864**	-4.722134***	-4.373893***	-4.683860***
	Phillips-Perron	-2.197741	-4.879690***	-2.888271	-4.843286***
DPS <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-1.427043	-3.650669***	-1.761524**	-3.823074***
	Augmented Dickey-Fuller	-2.044185	-3.817399***	-1.702527	-3.967406**
	Phillips-Perron	-1.633492	-3.889597***	-1.192935	-4.015630***
DS <sub>per</sub>	Elliot-Rothenberg-Stock DF-GLS	-0.789818	-3.589809***	-2.415548**	-3.605303***
	Augmented Dickey-Fuller	-1.695505	-3.613732***	-2.397006	-3.595876**
	Phillips-Perron	-1.427725	-3.670877***	-1.798504	-3.652269**

**Nota:** \*p-valor < 0,1, \*\*p-valor <0,05, e \*\*\*p-valor < 0,01, denotam a rejeição da existência de unit root, a um nível de significância de 10%, 5% e 1%, respectivamente.